

CINTHIA FONSECA LOPES
ERIVANIA BERNARDINO CRUZ



NAS TRILHAS

— DOS DIREITOS —

Manual do Jogo



ALECE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO CEARÁ



SOCIALIS
editora



CONTANDO 
CANTANDO E
VIVENDO DIREITOS

**EDIÇÕES
INESP**



Expediente

Copyright by Inesp © 2025
INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE
O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - INESP

Diretor-Executivo do Inesp
João Milton Cunha de Miranda

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa
Valdério da Costa

Articulador
Luíz Ernandes dos Santos do Carmo

Revisão
Victória Santana

Supervisão de Design
Valdemice Costa de Sousa (Valdo)

Catalogado por Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

M294 Manual do jogo nas trilhas dos direitos [livro eletrônico] / Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. - Fortaleza: INESP, SOCIALIS Editora, 2025.

50 p. : il. color. ; 1000 KB ; PDF

ISBN: 978-65-84902-73-2

1. Direito do menor – Brasil. 2. Educação. 3. Conselho Tutelar. I. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado.

CDD 342.17

*** DISTRIBUIÇÃO GRATUITA ***

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS ÀS EDIÇÕES INESP.

A presente obra não poderá ser comercializada e sua reprodução, total ou parcial, por quaisquer meios reprográficos ou digitais, deverá ter a autorização prévia das Edições Inesp.

Equipe de composição do Selo

PRIMEIRA-DAMA DA ALECE

Tainah Gomes Marinho Aldigueri Arruda

COORDENAÇÃO TÉCNICA E PEDAGÓGICA

**Cinthia Fonseca Lopes
Erivania Bernardino Cruz**

EQUIPE TÉCNICA DA ALECE

**Adahil Pereira de Sena
Afonso Gonçalves de Carvalho Neto
Alcides Oliveira Alcoforado
Amanda Melo de Santiago Alencar
Ângela Maria Marinho Pereira
Bruno de Oliveira Sales Mota
Cecília Cláudia Bezerra Correia Nogueira
Cristiano Lima
Daiana Rodrigues Albuquerque
Dauana Vale Cavalcante
Édson Eustáquio do Santos Júnior
Fábio Máximo Silva Leorne
Flávia Vasconcelos Diógenes
Heline Joyce Barbosa Monteiro
Ilo Santiago Júnior
Joel Júnior Magalhães Cardoso
Joseana Lima dos Santos Soares
Kayne Idris Queiroz Silva
Leonardo de Castro Limeira Lima
Luciana Gomes Santos
Margareth Andréia Viana Banhos
Marcos Leandro Pires
Márcio Monteiro Dias
Meline Varela Lima Saraiva
Otávio César de Lima Melo
Pablo Rafael De Menezes Azize
Paulo Sérgio dos Santos Carlos
Rafael Santos Ferreira
Raiane Oliveira de Araújo
Raquel Rocha de Sousa
Renan Rangel de Andrade Monte
Rodrigo Lima Diogo
Sandra Paula de Menezes Azize
Sarah Pinto de Holanda
Socorro Letícia Fernandes Peixoto
Tânia Maria Rodrigues de Pinho
Ticiane Soares de Moraes
Vera Lúcia Reis Mapurunga Silveira
Viviane Maria Sobral Freitas
Weberte Bernardo Lemos**

Palavra do presidente

Em minha vida pública, enquanto gestor, prefeito de minha querida Granja, ou deputado estadual, tive muitas oportunidades de edificar projetos e propostas que fizessem a diferença na vida das pessoas.

Deus me deu muitas alegrias quando famílias, sobretudo as mais carentes, tinham suas vidas transformadas por meio de um posto de saúde ou de uma escola, fruto do meu trabalho. Emocionante, porque a política e a gestão nos trazem muitas cobranças. Legítimas, todavia inquietantes. O bálsamo que se apresenta frente aos desafios diários é saber que você melhorou a vida de alguém.

É o caso do Selo Alece Conselho Tutelar: Garantindo Direitos, em destaque aqui nesta cartilha que materializa um sonho agora normatizado pela resolução 772/2025, da Alece. Essa política pública fortalece a proteção daquilo que é a base de uma civilização: a renovação do respeito pela sua gente, sobretudo pelas crianças e adolescentes.

O Conselho Tutelar é um órgão fundamental cuja atuação envolve elementos muito sensíveis, ligados às dores e feridas de uma sociedade. Logo, o Selo Alece vem para reconhecer aqueles que, aderindo a um protocolo, por meio de etapas formativas e ações pedagógicas, estarão mais aptos para o cuidar.

Assim, saudamos homens e mulheres que abraçam essa missão nobilíssima no Conselho Tutelar, reconhecendo que vocês são semeadores de futuro, de paz e de uma civilização muito mais comprometida com o amanhã. Por tudo isso e muito mais, nosso muito obrigado.

Deputado Estadual Romeu Aldigueri

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



Carta de boas-vindas da primeira-dama

Caros conselheiros e conselheiras tutelares,

Chegar até aqui, apesar das adversidades, já é um ato de coragem. Enfrentar os estigmas que a sociedade injustamente impôs a um trabalho tão nobre mostra a grandeza da missão que vocês carregam: proteger nossas crianças e adolescentes.

Por isso, esta capacitação e o Selo Alece Conselho Tutelar: Garantindo Direitos representa muito mais que reconhecimento institucional. É um gesto de amor pela vida de cada criança e adolescente do nosso estado.

Falar de proteção é também falar de prevenção, especialmente quando tratamos de temas tão sensíveis e caros a tantas famílias. E vocês, conselheiros e conselheiras, são peças fundamentais nessa rede de cuidado, escuta e orientação.

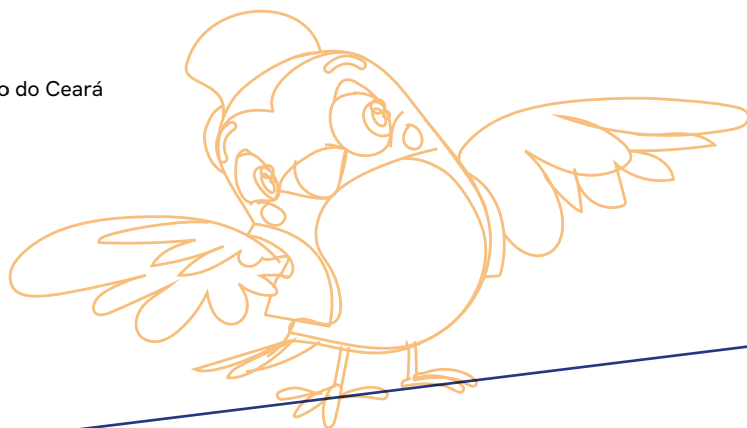
O Conselho Tutelar é ponte entre a dor e a cura, entre a denúncia e o cuidado. Sua presença nas escolas e comunidades ajuda a construir um Ceará mais justo, afetivo e protetor com suas crianças e adolescentes.

Que este Selo seja farol e alento. Que ele nos lembre, sempre, que cuidar de uma criança, de um adolescente, é cuidar do futuro.

Com admiração,

Tainah Marinho Aldigueri

Primeira-Dama da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



Sumário

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O JOGO	8
1.1 O que é o Projeto Contando, Cantando e Promovendo Direitos.	8
1.2 Qual o papel dos jogos pedagógicos no processo de aprendizagem e formação para a cidadania?	8
1.3 Como deve ser a abordagem nos jogos integrantes do Projeto Contando, Cantando e Promovendo Direitos?	9
1.4 O que é o Jogo Nas Trilhas dos Direitos?	9
1.5 Componentes do Jogo	10
2. INSTRUÇÕES E DÚVIDAS INICIAIS SOBRE A ABORDAGEM NA ESCOLA	11
2.1 Como a escola será escolhida?	11
2.2 A realização do jogo nas duas escolas deve ocorrer no mesmo dia?	12
2.3 Quem irá participar da atividade em cada escola?	12
2.4 Definição dos participantes	12
2.5 Quantas pessoas podem participar em cada jogo?	13
2.6 Definição do Espaço para a Atividade	13
3. REALIZANDO O JOGO	15
3.1 Mobilização dos Participantes	15
3.2 Quantos conselheiros devem participar da atividade?	16
3.3 Quais as atribuições dos Conselheiros Tutelares durante a Atividade?	16

3.4 Por que é importante contar com um observador durante a atividade?	16
3.5 O papel do moderador	17
3.6 Iniciando o jogo	17
3.7 Como trabalhar cada Ícone?	18
3.7.1 Músicas	18
3.7.2 Legislações	19
3.7.3 Personalidades	20
3.7.4 Reflexões	21
4. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE POSSÍVEIS DEMANDAS DO JOGO	22
4.1 Como abordar temas sensíveis?	22
4.2 Estimule o trabalho em grupo, mesmo entre em equipes distintas	23
4.3 Elogie e reconheça cada resposta que valorize os direitos	23
4.4 Reflita sobre seus valores	23
4.5 Como proceder, caso haja identificação de violação ou revelação de uma violação	24
5. ALCANÇANDO OBJETIVOS	25
6. BIOGRAFIAS DETALHADAS	26
7. MODELO DE RELATÓRIO E FREQUÊNCIA	42



1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O JOGO

1.1 O que é o Projeto Contando, Cantando e Promovendo Direitos.

A metodologia *Contando, Cantando e Promovendo Direitos* tem como principal objetivo a **formação de sujeitos críticos, conscientes de seus direitos e capazes de exercer uma participação ativa na sociedade**. Trata-se, portanto, de uma abordagem que não se fundamenta na punição, na cobrança ou no julgamento acerca do que a os participantes ainda não conhece ou compreende. Ao contrário, busca-se promover um espaço de aprendizagem e construção coletiva do conhecimento.

O foco principal da metodologia é promover, de forma lúdica, a reflexão crítica sobre situações de violação e de garantia de direitos, ao passo em que se oferece conhecimento sobre as legislações pertinentes e sobre estratégias de enfrentamento das violações de direitos.

A presente metodologia foi desenvolvida pelas professoras Cinthia Fonseca e Erivânia Bernardino através da Editora cearense Socialis Editora e contempla a criação de diversos jogos educativos. Esses jogos foram concebidos para atender a diferentes públicos e contextos, incluindo: o trabalho com pessoas idosas, com mulheres, com crianças

e adolescentes, bem como com crianças na faixa etária de 0 a 6 anos.

Entre os jogos elaborados, destaca-se o jogo de tabuleiro *Nas Trilhas dos Direitos*, que será concedido pela Assembleia Legislativa a cada Conselho Tutelar que aderiu à proposta do Selo ALECE Conselho Tutelar Garantindo Direitos e concluiu o curso correspondente.

1.2 Qual o papel dos jogos pedagógicos no processo de aprendizagem e formação para a cidadania?

Os jogos pedagógicos constituem-se como ferramentas essenciais no processo de aprendizagem, pois vão além da mera transmissão de conteúdos: eles promovem o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e ético de crianças e adolescentes. Ao proporcionar um ambiente lúdico e prazeroso, esses jogos possibilitam que os participantes aprendam de forma ativa e significativa.

Assim, ao mobilizar crianças e adolescentes para refletirem e discutirem coletivamente temáticas relevantes, promove-se o desenvolvimento de diversas competências — éticas, emocionais e cognitivas — que transcendem o conhecimento conceitual das legislações. Dessa forma, os jogos pedagógicos configuram-se como instrumentos fundamentais no processo educativo e na formação cidadã.

Ao utilizar jogos pedagógicos, desloca-se a centralidade do processo de ensino-aprendizagem: o estudante assume o papel de protagonista, sendo ele quem reflete, descobre, toma decisões e busca soluções para os desafios apresentados. Diferentemente do modelo tradicional de ensino, em que o professor ocupa o centro da fala e os estudantes são ouvintes passivos, o jogo pedagógico propõe uma inversão dessa lógica.

Nesse contexto, a criança e o adolescente tornam-se os principais agentes da ação, da fala, da opinião, da tomada de decisão e da reflexão. Assim, ao introduzir o jogo no ambiente escolar ou comunitário, é fundamental preservar essa perspectiva: o protagonismo pertence à criança e ao adolescente. O conselheiro ou conselheira tutelar assume, portanto, o papel de mediador ou facilitador do conhecimento, e não o de condutor exclusivo da atividade.

Por tratar-se de uma proposta colaborativa, o jogo também visa estimular o senso de cooperação, a empatia, o respeito aos limites do outro, a escuta ativa e a valorização das conquistas coletivas. O encerramento da atividade ocorre somente quando todos os participantes concluírem o jogo. Aqueles que finalizam primeiro são convidados a auxiliar os demais grupos, promovendo um espírito de solidariedade, responsabilidade e consciência coletiva. Isso reforça a compreensão de que os direitos só se realizam plenamente quando são garantidos a todos.

1.3 Como deve ser a abordagem nos jogos integrantes do Projeto Contando, Cantando e Promovendo Direitos?

A proposta metodológica valoriza a participação espontânea e acolhedora dos sujeitos envolvidos. Uma postura autoritária ou excessivamente impositiva por parte do facilitador pode inibir os participantes, afastando-os da atividade. É essencial, portanto, garantir um ambiente seguro, respeitoso e convidativo, no qual todos se sintam confortáveis para expressar suas ideias, dúvidas e experiências.

Durante as atividades, o facilitador pode abordar temáticas relacionadas às violações de direitos, mas sempre de forma generalizada e nunca de maneira pessoal ou invasiva. O espaço proposto não é um espaço de escuta especializada, mas sim de construção de conhecimento e identificação de possíveis demandas.

Assim, perguntas mais gerais e impessoais como: “Você já conheceu alguém que passou por alguma situação de violência?” ou “Você já ouviu falar de algum tipo de violação de direitos?” são mais adequadas, pois preservam o espaço seguro e evitam exposição indevida. Não se deve, em hipótese alguma, perguntar diretamente: “Você já sofreu alguma violação?”.

Caso algum participante manifeste espontaneamente uma experiência pessoal, o moderador deve estar preparado(a) para realizar os devidos encaminhamentos, conforme os protocolos institucionais.

A atuação do Moderador do Jogo deve ser pautada por uma comunicação acolhedora e reflexiva, com o intuito de ampliar o conhecimento dos participantes sobre seus direitos. É importante considerar que, muitas vezes, esses sujeitos não reconhecem que tiveram um direito violado, justamente por não identificarem que aquela situação configura uma violação. Nesse contexto, o Moderador desempenha o papel de mediador do conhecimento, alguém em quem os participantes podem — e devem — confiar.

A metodologia propõe o desenvolvimento do senso crítico, da capacidade de tomada de decisões éticas e da compreensão do papel de cada indivíduo como cidadão.

1.4 O que é o Jogo Nas Trilhas dos Direitos?

O *Jogo nas Trilhas dos Direitos* é um jogo de tabuleiro desenvolvido pela editora cearense Socialis Editora, com o propósito de estimular crianças e adolescentes a refletirem e aprenderem sobre seus direitos de forma lúdica, interativa e acessível.

A proposta pedagógica do jogo envolve o uso de músicas, perguntas reflexivas, personalidades inspiradoras e trechos de legislações pertinentes, contribuindo para a formação cidadã dos participantes.

Durante a dinâmica do jogo, a criança ou o adolescente lança o dado, percorre o tabuleiro e, conforme a casa em que parar, retira uma carta contendo um dos conteúdos educativos. Cada carta propõe uma atividade que convida à reflexão e ao diálogo, favorecendo a aprendizagem de maneira ativa e prazerosa.



LEGISLAÇÃO
SOCIAL



MÚSICA



REFLEXÃO



PERSONALIDADE

Mais do que a assimilação de conteúdos conceituais, o jogo promove o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais por meio de sua metodologia colaborativa. A regra de que o jogo só se encerra quando todos os participantes “vencem” incentiva a construção de novos padrões de convivência baseados na solidariedade, no respeito mútuo e na cooperação.

A natureza não competitiva do jogo é intencional e pedagógica: ela reforça a ideia de que os direitos devem ser compreendidos e exercidos coletivamente. Ao invés de incentivar a rivalidade, a proposta valoriza a empatia, o diálogo e o compromisso com o bem comum, promovendo uma nova perspectiva de sociabilidade e desenvolvimento humano.

A inserção do jogo no ambiente escolar é especialmente relevante, considerando que a escola é o espaço que reúne o maior número de crianças

e adolescentes e representa a principal política pública voltada a esse público. Ao incorporar o *Jogo nas Trilhas dos Direitos* em suas práticas pedagógicas, a escola potencializa sua função educativa e cidadã, promovendo o conhecimento dos direitos, a formação ética e o fortalecimento da convivência democrática.

1.5 Componentes do Jogo

O *Jogo nas Trilhas dos Direitos* é composto pelos seguintes elementos:

- ✓ Tabuleiro (3m x 2m);
- ✓ Dado;
- ✓ 60 Cards (cartas com perguntas, músicas, legislações e personalidades);
- ✓ Playlist com as músicas temáticas (virtual)
- ✓ Manual de Instruções (virtual);
- ✓ Biografia estendida das personalidades.





2. INSTRUÇÕES E DÚVIDAS INICIAIS SOBRE A ABORDAGEM NA ESCOLA

2.1 Como a escola será escolhida?

De acordo com as diretrizes estabelecidas no edital, cada equipe deverá selecionar, preferencialmente, uma escola de Ensino Fundamental II e uma escola de Ensino Médio para o desenvolvimento das atividades do projeto.

No processo de escolha, deve-se dar preferência às instituições de ensino que possuam uma **Comissão de Proteção e Prevenção à Violência contra Crianças e Adolescentes (PREVINE)**. A presença dessa comissão é altamente recomendada, pois ela pode contribuir diretamente para o processo de avaliação do selo, validando a realização da atividade conforme os parâmetros do projeto, assegurando o respeito aos direitos envolvidos e prevenindo qualquer situação de constrangimento ou exposição vexatória dos estudantes.

Contudo, é importante observar que, em algumas escolas, as comissões ainda não estão formalmente constituídas ou ativas. Nesses casos, a escola ainda poderá ser selecionada, desde que a atividade seja acompanhada por um(a) coordenador(a) pedagógico(a) ou pelo(a) diretor(a) da instituição, que assumirá a responsabilidade de atestar a execução da proposta.

No formulário a ser preenchido pelos conselheiros, deverão ser informados os dados da comissão PREVINE, caso existente. Se a escola não contar com essa comissão, será necessário indicar os dados dos profissionais responsáveis (como professores ou membros da equipe pedagógica) que se comprometerão a acompanhar a atividade no dia de sua realização.

Uma vez escolhidas as escolas, os conselheiros tutelares deverão **agendar uma reunião com a equipe gestora da escola e, quando houver, com os membros da comissão PREVINE**, a fim de apresentar formalmente a proposta, alinhar os objetivos e pactuar a realização da atividade, incluindo a definição da data e da logística necessária.

Durante essa reunião, é essencial **apresentar o projeto à direção escolar**, que avaliará o interesse em desenvolver a atividade. A participação da gestão escolar é imprescindível, uma vez que qualquer ação pedagógica ou educativa no ambiente escolar depende de sua autorização, por ser a instância responsável legal pelas crianças e adolescentes durante o período letivo.

Espera-se que, a partir desse diálogo inicial, a escola compreenda a relevância do projeto e aceite sua implementação. Para fins de registro e prestação de contas, essa reunião deverá ser documentada. No relatório final, será necessário relatar essa etapa inicial, anexando uma fotografia do encontro e identificando os participantes presentes.

Importante: o primeiro critério de avaliação para a concessão do selo será justamente **o processo de escolha das escolas** e a forma como se deu o diálogo com a gestão escolar.

2.2 A realização do jogo nas duas escolas deve ocorrer no mesmo dia?

Não. A aplicação do *Jogo nas Trilhas dos Direitos* **não precisa ocorrer no mesmo dia nas duas escolas selecionadas.**

As equipes terão um prazo de **21.08.25 a 19.09.25**, compreendido entre os meses de agosto e setembro, para organizar e executar as atividades. Dentro desse período, os conselheiros tutelares deverão definir **uma data para realizar o jogo em uma escola** (Ensino Fundamental II ou Ensino Médio) e **outra data para realizar o jogo na segunda escola** (Ensino fundamental II ou Ensino Médio), conforme o planejamento local e a disponibilidade das instituições.

Essa flexibilidade tem por objetivo facilitar a articulação com as escolas e garantir que a atividade seja realizada com qualidade, respeitando a rotina escolar e as particularidades de cada comunidade educativa.

2.3 Quem irá participar da atividade em cada escola?

Para a realização da atividade com o *Jogo nas Trilhas dos Direitos*, recomenda-se que **o maior número possível de conselheiros tutelares** esteja presente em cada escola. Isso se deve à dinâmica do jogo, que envolve múltiplas tarefas acontecendo

simultaneamente, exigindo atenção, interação constante e organização.

No entanto, compreende-se que, em determinadas situações, um ou outro conselheiro poderá estar de plantão ou envolvido em atendimentos urgentes e, por essa razão, não conseguir participar da atividade. Nestes casos, a ausência não acarretará prejuízo à premiação, **desde que esteja devidamente justificada** no relatório final do projeto.

O Conselheiro Tutelar é o principal responsável pela condução da atividade. Embora possa contar com o apoio de profissionais da escola e da rede de proteção — seja para a organização do espaço, o suporte logístico ou o estímulo à participação dos estudantes —, **a mediação direta do jogo deve ser realizada, exclusivamente, pelo conselheiro ou conselheira tutelar.**

CABE AO CONSELHEIRO TUTELAR O PAPEL DE MODERADOR DA ATIVIDADE: manusear os materiais do jogo, dialogar com as crianças e os adolescentes, estimular as reflexões e conduzir as interações pedagógicas previstas na metodologia.

A presença de professores, coordenadores, membros da comissão PREVINE e demais profissionais da escola é muito bem-vinda, especialmente para auxiliar na ambientação da atividade, incentivar os participantes, oferecer informações complementares e assegurar a organização geral. Contudo, **a interação direta com os estudantes durante o jogo deve ser exclusivamente conduzida pelos conselheiros tutelares**, a fim de garantir a fidelidade metodológica da proposta.

Essa delimitação é fundamental para reforçar o papel do Conselho Tutelar como referência na promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além de assegurar que a atividade seja desenvolvida em conformidade com os objetivos estabelecidos pelo projeto.

2.4 Definição dos participantes

A seleção dos estudantes que participarão da atividade com o *Jogo nas Trilhas dos Direitos* poderá ser realizada por meio de quatro modalidades distintas, cabendo à equipe responsável a escolha da forma mais adequada, conforme a realidade do município e das escolas envolvidas. As opções são as seguintes:

- ✓ **Adesão Voluntária (Livre Inscrição):** A atividade é divulgada previamente na escola e é

aberto um período específico para que os estudantes interessados realizem sua inscrição. Nesse modelo, é importante estabelecer um número máximo de participantes, considerando a dinâmica do jogo e a capacidade de organização do espaço.

- ✓ **Representação por Turma:** A escola pode organizar a seleção por meio da indicação de representantes de cada sala, garantindo a diversidade e a equidade entre os participantes.
- ✓ **Participação de Lideranças Estudantis:** A atividade pode ser direcionada a estudantes que exercem funções de liderança na escola, como membros do grêmio estudantil ou de outros coletivos organizados.
- ✓ **Aplicação do Jogo em uma turma de estudantes de uma sala específica:** A escola define uma única sala de aula e realiza atividade com os estudantes dessa sala específica (Exemplo: atividade realizada com os estudantes da turma do Nono Ano C).

Independentemente da forma escolhida, é fundamental que a definição dos participantes seja registrada e informada no relatório final da atividade. A equipe local poderá definir o método de registro que melhor se adapte à dinâmica do município e às especificidades das instituições escolares envolvidas.

2.5 Quantas pessoas podem participar em cada jogo?

Cada sessão do *Jogo nas Trilhas dos Direitos* deve ser composta por, no mínimo, **seis participantes**, jogando de forma individual.

O número máximo recomendado é de **24 participantes**, organizados em **quatro a seis grupos com divisão igualitária entre os integrantes de cada grupo**. Nessa configuração, os integrantes do grupo jogam coletivamente: refletem, respondem às perguntas e avançam no tabuleiro em conjunto.

Essa flexibilidade permite adaptar a atividade ao espaço disponível, ao tempo previsto e à realidade da escola, sem comprometer a dinâmica do jogo nem os objetivos pedagógicos da proposta. (Vale ressaltar que, quanto mais estudantes, maior será o tempo de duração, então é muito importante o

conselheiro tutelar avaliar qual o tempo que dispõe para a realização da atividade).

Independentemente do critério utilizado para a escolha dos participantes (adesão voluntária, indicação por turma, turma única ou liderança estudantil), é fundamental que os **conselheiros tutelares promovam previamente uma apresentação do projeto para todas as crianças e adolescentes da escola**.

Essa apresentação pode ser realizada de duas formas, conforme a organização da escola permitir:

- ✓ **Momento coletivo no pátio ou auditório da escola**, reunindo os estudantes para uma explanação geral sobre o projeto, seus objetivos e o convite à participação;
- ✓ **Apresentações breves em sala de aula**, com visitas às turmas para dialogar diretamente com os alunos, apresentar a proposta e convidá-los a participar da atividade.

Esse momento de sensibilização é essencial para garantir o engajamento, esclarecer dúvidas e fortalecer a compreensão sobre a importância do projeto para a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como, o importante papel do Conselho Tutelar na garantia e defesa dos direitos.

2.6 Definição do Espaço para a Atividade

Para a realização adequada do *Jogo nas Trilhas dos Direitos*, é necessário garantir um espaço físico que acomode de forma confortável todos os elementos da atividade. O tabuleiro possui dimensões de **3 metros de comprimento por 2 metros de largura**, e o local escolhido deve ser amplo o suficiente para:

- ✓ A instalação completa do tabuleiro no chão;
- ✓ A movimentação segura e confortável dos participantes;
- ✓ A presença de observadores ou convidados que acompanhem a atividade.

É imprescindível assegurar que o espaço não exponha os participantes a situações de constrangimento ou visibilidade excessiva, considerando que o jogo envolve **temas sensíveis relacionados aos direitos de crianças e adolescentes**. A privacidade e o respeito

ao bem-estar dos envolvidos devem ser prioridades na escolha do ambiente.

A organização adequada do espaço, aliada ao uso dos materiais e à atuação dos conselheiros e equipe de apoio, é essencial para garantir que a atividade seja executada com qualidade, respeito e impacto educativo positivo.

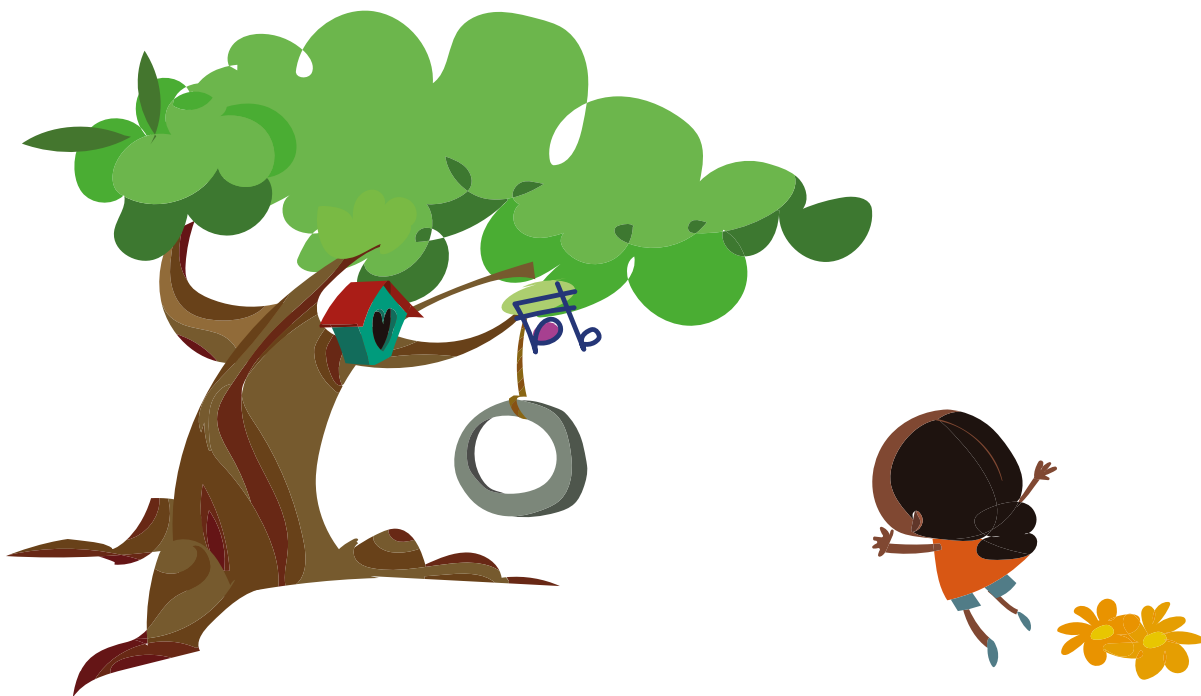
É imprescindível realizar uma visita prévia ao local, a fim de avaliar os seguintes aspectos:

- ✓ Segurança física do ambiente, garantindo que não haja riscos para os participantes;
- ✓ Iluminação e ventilação adequadas, proporcionando um ambiente acolhedor e funcional;
- ✓ Estrutura física disponível, como mobiliário, espaço livre, cobertura (em caso de ambientes externos), entre outros;
- ✓ Capacidade do local, considerando o número de participantes e convidados, o que auxiliará também na definição de quem poderá ser convidado;
- ✓ Disponibilidade de pontos de energia elétrica, necessários para o uso de equipamentos como caixas de som e microfones, que são recomendados para a reprodução das músicas e para melhor condução da atividade;
- ✓ Disponibilidade de equipamentos de apoio, como mesas, cadeiras, ventiladores, tomadas ou extensões elétricas, se for o caso.

Além disso, é fundamental **agendar a data da atividade com antecedência**, assegurando a disponibilidade do espaço e **confirmar com os parceiros da rede de proteção e com a equipe da escola** a viabilidade da data escolhida.

Esse cuidado com a preparação do espaço contribui diretamente para a fluidez da atividade e para a criação de um ambiente seguro, organizado e acolhedor para todos os envolvidos, especialmente para as crianças e adolescentes — protagonistas da ação.





3. REALIZANDO O JOGO

3.1 Mobilização dos Participantes

A mobilização dos participantes deve ser planejada de acordo com o caráter que se deseja atribuir à atividade, uma vez que o perfil dos convidados pode variar conforme os objetivos pedagógicos e simbólicos do evento.

Se a proposta for **dar visibilidade ao papel do Conselho Tutelar**, com ênfase na promoção dos direitos de crianças e adolescentes — sem necessariamente abordar de forma direta situações de violação —, o evento pode assumir um **formato mais leve e festivo**, com a presença de um público mais amplo. Nessa configuração, é possível convidar representantes da rede de proteção, gestores públicos, familiares, imprensa local e outros parceiros, caracterizando um evento de maior porte e alcance comunitário.

Por outro lado, caso o objetivo principal seja **estreitar os laços entre o conselheiro tutelar e os estudantes participantes**, criando um ambiente de escuta, confiança e proximidade, recomenda-se um formato **mais reservado e com público reduzido**. Um número excessivo de convidados, nesses casos, pode inibir a espontaneidade das crianças e adolescentes, causar constrangimentos e dificultar o desenvolvimento de um vínculo mais pessoal.

Ambos os formatos são compatíveis com os propósitos do projeto, que busca, simultaneamente:

- ✓ Reforçar a imagem do Conselho Tutelar como órgão de proteção e promoção de direitos;
- ✓ Fortalecer o vínculo entre o conselheiro tutelar e os sujeitos de direito: crianças e adolescentes.

Independentemente do formato escolhido, é fundamental garantir o apoio de pessoas da rede ou da comunidade escolar para auxiliar em aspectos operacionais do evento, tais como:

- ✓ Registro fotográfico da atividade, preservando a imagem de crianças e adolescentes;
- ✓ Organização e execução da playlist musical;
- ✓ Apoio logístico e organização do espaço.

É importante destacar que, durante a realização do jogo, o **conselheiro tutelar deve estar integralmente dedicado à mediação da atividade**, com foco nos protagonistas da ação: **as crianças e os adolescentes**. Sua presença deve ser marcada por escuta ativa, diálogo sensível, atenção e acolhimento, demonstrando o compromisso com a proteção e a valorização dos direitos infantojuvenis.

3.2 Quantos conselheiros devem participar da atividade?

O ideal é que **todos os conselheiros tutelares participem da atividade**, considerando que há diversas funções a serem desempenhadas durante a realização do *Jogo nas Trilhas dos Direitos*. Além disso, a proposta central da ação é **fortalecer o vínculo entre o Conselho Tutelar e as crianças e adolescentes**, promovendo o reconhecimento da instituição como uma instância de escuta, proteção e garantia de direitos — e não apenas como um órgão com atribuições punitivas.

A presença dos conselheiros contribui para que os participantes reconheçam quem são esses profissionais, compreendam seu papel e saibam a quem recorrer em situações de violação de direitos. Esse contato direto fortalece a confiança e estimula a aproximação entre os sujeitos de direito e os agentes de proteção.

Contudo, entende-se que, em alguns casos, **a presença de todos os membros do Conselho pode não ser possível**, em razão das demandas cotidianas do órgão. Nesses casos, haverá um campo específico no relatório para **justificativa de ausências**, o qual deverá ser preenchido com informações claras sobre o motivo da ausência — como plantão, atendimento emergencial ou representação do Conselho em outras atividades institucionais.

Essas justificativas serão consideradas válidas e **não comprometerão a pontuação referente ao selo**, desde que estejam devidamente registradas no relatório da atividade.

3.3 Quais as atribuições dos Conselheiros Tutelares durante a Atividade?

Durante a realização do *Jogo nas Trilhas dos Direitos*, os conselheiros tutelares desempenham um papel fundamental tanto na condução da atividade quanto na criação de um ambiente seguro, acolhedor e educativo para os participantes. A seguir, são listadas as principais atribuições que podem ser organizadas entre os membros da equipe, conforme a disponibilidade e o perfil de cada conselheiro. Os professores ou profissionais da rede podem auxiliar em algumas dessas atividades EXCETO a de moderação que é exclusiva do Conselheiro Tutelar.

Dentre as funções podemos listar:

- ✓ **Apoio logístico aos participantes:** Auxiliar na organização dos materiais, orientar os estudantes quanto ao funcionamento do jogo e garantir o bom andamento da dinâmica.
- ✓ **Observação e acompanhamento da atividade:** Observar as interações durante o jogo, acompanhar a participação das crianças e adolescentes e assegurar que o ambiente seja respeitoso, inclusivo e acolhedor.
- ✓ **Organização e execução da playlist musical:** Controlar a playlist fornecida pelo projeto, garantindo a reprodução adequada das músicas nos momentos correspondentes do jogo.
- ✓ **Recepção dos participantes e convidados:** Acolher estudantes, equipe escolar, representantes da rede de proteção e demais convidados, apresentando a proposta do projeto e orientando sobre a dinâmica do evento.
- ✓ **Moderação da atividade:** Responsável por orientar o andamento do jogo, fazer a leitura e explicação das cartas, conduzir os diálogos e estimular a participação dos estudantes, promovendo a reflexão sobre os temas abordados; (Essa atividade é exclusiva do Conselheiro Tutelar).
- ✓ **Registro de possíveis demandas:** Anotar eventuais situações relatadas pelas crianças e adolescentes durante a atividade, sempre com responsabilidade, sigilo e encaminhamento adequado, quando necessário.
- ✓ **Registro fotográfico da atividade:** Realizar registros visuais da atividade, respeitando os critérios de consentimento e privacidade, para fins de documentação e inclusão no relatório final.

A divisão dessas funções entre os conselheiros e possíveis convidados deve ser previamente acordada, garantindo que todos os aspectos da atividade sejam contemplados e que a experiência pedagógica ocorra de forma organizada, segura e significativa.

3.4 Por que é importante contar com um observador durante a atividade?

A presença de uma pessoa com a função de observador durante a realização do *Jogo nas Trilhas dos Direitos* é essencial para garantir a qualidade da

dinâmica, o bem-estar dos participantes e a integridade do ambiente educativo.

Durante o jogo, o conselheiro tutelar pode estar envolvido diretamente com a mediação de um grupo, por exemplo, realizando a leitura de um card e conduzindo o diálogo com as crianças e adolescentes. No entanto, ao mesmo tempo, outros grupos também estarão interagindo no tabuleiro.

Nesse contexto, o observador tem a importante função de acompanhar o conjunto da atividade, identificando:

- ✓ Possíveis situações de desconforto entre os participantes;
- ✓ Comportamentos que indiquem constrangimento, retraimento ou desatenção;
- ✓ Interações inadequadas, como brincadeiras ofensivas, provocações ou atitudes que prejudiquem o clima de respeito e cooperação.

Caso perceba qualquer situação que demande intervenção, o observador pode orientar de forma acolhedora e educativa, reforçando o foco no respeito mútuo e na participação ativa. Essa intervenção não deve ocorrer de maneira punitiva ou repreensiva, mas sim como um convite à atenção, à escuta e ao envolvimento no processo coletivo de aprendizagem e reflexão.

A atuação do observador contribui para a construção de um ambiente seguro, inclusivo e atento às necessidades de cada participante, garantindo que o jogo cumpra plenamente sua proposta pedagógica e formativa.

3.5 O papel do moderador

O **moderador** é o conselheiro tutelar responsável por conduzir a dinâmica do *Jogo nas Trilhas dos Direitos* diretamente no tabuleiro, interagindo com os participantes ao longo de toda a atividade. Cabe a ele **orientar as crianças e os adolescentes durante o percurso do jogo**, organizando as etapas da seguinte forma: lançar o dado, movimentar-se pelo tabuleiro, retirar e ler os cards, dialogar sobre o conteúdo e passar para o próximo grupo — repetindo o processo sucessivamente.

O ideal é que haja **dois ou três moderadores atuando simultaneamente**. Um número excessivo de mediadores pode comprometer a fluidez da ati-

vidade, tornando o espaço confuso e dificultando a concentração dos participantes. Por outro lado, contar com apenas um moderador pode sobrecarregá-lo, comprometendo a qualidade das interações e o aprofundamento das discussões propostas pelos cards.

A escolha dos conselheiros que irão exercer essa função deve levar em consideração o **perfil e as habilidades individuais de cada membro do coletivo**. Alguns conselheiros já possuem experiência em sala de aula, mediação de grupos ou atividades educativas, enquanto outros podem ser mais introspectivos ou preferir funções de apoio. Avaliar essas características com antecedência é essencial para assegurar o bom andamento da atividade.

O moderador deve demonstrar:

- ✓ **Domínio das legislações relativas aos direitos de crianças e adolescentes;**
- ✓ **Capacidade de escuta ativa**, sensibilidade e empatia no trato com os participantes;
- ✓ **Facilidade para promover um ambiente acolhedor e respeitoso**, que incentive a expressão e a participação.

Essa mediação é especialmente relevante considerando que, em muitos casos, as crianças e os adolescentes que chegam ao Conselho Tutelar o fazem em situações de vulnerabilidade ou violação de direitos. Nessas ocasiões, o contato pode ser marcado por tensão ou medo.

O jogo, portanto, representa **uma oportunidade única de aproximação afetiva e humanizada**, permitindo ao conselheiro demonstrar que está ali não apenas nos momentos de crise, mas também para construir conhecimento, promover direitos e fortalecer vínculos.

Por meio dessa vivência lúdica e pedagógica, a figura do conselheiro tutelar se apresenta como **um agente acessível, confiável e comprometido com o bem-estar e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes**.

3.6 Iniciando o jogo

Os estudantes devem ser divididos em grupos (mínimo 04 grupos e máximo 06 grupos) cada grupo deve ter no MÁXIMO 6 participantes.

Explicam-se as regras do jogo para todos os participantes, dando especial destaque à principal regra: todos devem ganhar!

O Conselho Tutelar ou a Escola podem, se possível e pactuado com antecedência, garantir uma premiação para os participantes (algum material, chocolate, cartão, certificado de agradecimento, etc), desde que, seja garantido que TODOS os participantes recebam. A única alteração será o momento do recebimento pois alguns terminarão a atividade primeiro.

Durante a dinâmica do jogo, a criança ou o adolescente lança o dado, percorre o tabuleiro e, conforme a casa em que parar, retira uma carta contendo um dos conteúdos educativos.

Cada carta propõe uma atividade que convida à reflexão e ao diálogo, favorecendo a aprendizagem de maneira ativa e prazerosa.

O jogo se encerra em duas situações:

- ✓ Quando TODOS os participantes chegam no final do tabuleiro ou,
- ✓ Quando o tempo estipulado para a atividade se encerra e TODOS ganham.

OBS: O conselho tutelar pode optar por definir um tempo no início do jogo: por exemplo, informar que o jogo se encerra após duas horas do início do jogo ou quando todos chegarem ao final.

3.7 Como trabalhar cada Ícone?

Embora o jogo aborde às crianças e aos adolescentes como público-alvo, ele também contempla discussões mais amplas sobre temas fundamentais, como a violência de gênero, o racismo e o capacitismo.

Essa ampliação temática decorre da constatação de que muitas das violências sofridas por crianças e adolescentes — muitas vezes tratadas de forma genérica como *bullying* — estão, na realidade, diretamente relacionadas a marcadores sociais como



a raça, o gênero, a deficiência ou outras condições que geram vulnerabilidade.

Dessa forma, ainda que o foco principal seja a promoção dos direitos da criança e do adolescente, a metodologia reconhece e valoriza a diversidade desses sujeitos. Considera-se, portanto, não apenas a faixa etária, mas também aspectos relacionados à identidade racial, ao gênero, à condição de deficiência, entre outros fatores estruturais que impactam diretamente a vivência e o acesso aos direitos.

Assim, os cards presentes nos jogos tratarão de legislações, personalidades, músicas e reflexões em torno do debate de direitos que aborde essa diversidade de marcadores acima mencionados.



3.7.1 Músicas

Sempre que possível, recomenda-se a reprodução do trecho musical correspondente à card em que o participante sorteou. Caso não haja disponibilidade de equipamento de som ou outro recurso para tocar o áudio, deve-se realizar a leitura do trecho impresso no card correspondente.

Após a audição ou leitura da música, o conselheiro tutelar deverá conduzir uma conversa com o adolescente, buscando compreender sua interpretação da letra. Nesse momento, é importante questionar o que ele entendeu da música, qual direito está sendo garantido ou violado e qual é sua opinião sobre o tema abordado.

As músicas utilizadas no jogo foram cuidadosamente selecionadas para abordar diferentes aspectos relacionados aos direitos de crianças e adolescentes. Algumas tratam de forma direta sobre a violação de direitos; outras enfatizam a sua garantia. Dessa forma, a música torna-se um espaço de reflexão coletiva, promovendo o pensamento crítico por meio da escuta ativa e do diálogo. A partir desse conteúdo, o conselheiro pode propor questões que estimulem a análise, como, por exemplo: “Você conhece alguma criança que trabalha?” ou você conhece alguém que já sofreu esse preconceito que a música retrata?

É fundamental evitar perguntas de cunho íntimo ou pessoal, especialmente aquelas que possam expor o participante a situações de constrangimento diante do grupo. Assim, deve-se evitar questões diretas, como “Você trabalha?”. Considerando que a atividade ocorre em um espaço coletivo, deve-se zelar pela proteção emocional dos envolvidos.

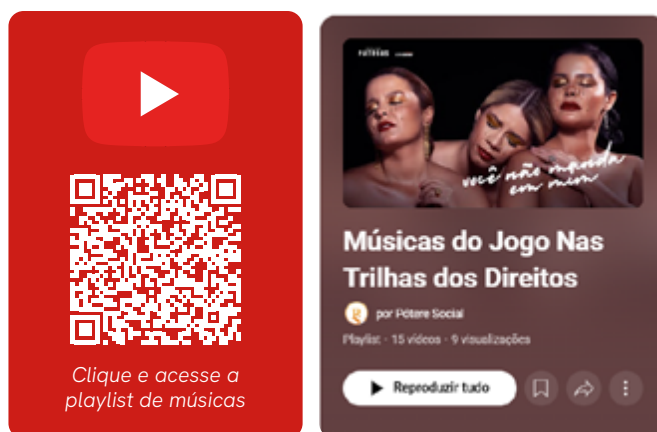
Caso a criança ou o adolescente compartilhe espontaneamente uma situação pessoal delicada, o conselheiro deverá acolher com cuidado e sensibilidade, orientando com serenidade que o assunto será tratado posteriormente, de maneira reservada, dizendo, por exemplo: “Depois a gente conversa sobre isso, pode ser?”, sendo este “depois” compreendido como o momento **imediatamente** após a conclusão do jogo.

As perguntas formuladas durante essa mediação devem ser preferencialmente genéricas e exemplificativas, como: “Você já viu alguma criança trabalhando?”, “Você conhece os prejuízos do trabalho infantil?”, “Você conhece essa música?”, “Sobre o que ela trata?”, “Que direito está sendo garantido ou violado?”.

Após a formulação da pergunta, é importante permitir que a criança ou o adolescente se expresse livremente. Caso o participante não se sinta confortável para responder, o conselheiro poderá, com cautela, redirecionar a pergunta ao grupo, dizendo, por exemplo: “E vocês, conhecem?”. No entanto, essa alternativa só deve ser utilizada se houver

claro sinal de recusa ou dificuldade de resposta por parte da pessoa inicialmente abordada. Em nenhuma circunstância é aceitável forçar uma resposta.

O conselheiro poderá reformular a pergunta de forma leve e acessível até três ou quatro vezes, caso perceba hesitação. Entretanto, se mesmo assim o participante permanecer em silêncio ou demonstrar desconforto, esse silêncio deverá ser respeitado integralmente. A escuta atenta, o respeito aos limites individuais e o cuidado com a exposição são princípios fundamentais no uso das músicas como instrumento de sensibilização e aprendizado durante o jogo.



https://youtube.com/playlist?list=PLZ4UUFUwCsELo-c44ApEM7pwJjH_M8sVdu&si=jY-Z1A4-rnWuXFIH



3.7.2 Legislações

Caso o dado lançado caia no ícone que representa a legislação, o conselheiro tutelar deverá realizar a leitura do trecho impresso no card correspondente. Em seguida, deve-se conduzir um diálogo com a criança ou o adolescente, perguntando o que compreendeu daquele conteúdo, se considera que o direito apresentado está correto e se acredita que esse direito está, de fato, sendo garantido no seu cotidiano ou em sua comunidade.

É fundamental ter em mente que esta atividade não tem caráter avaliativo. Não se trata de uma prova, tampouco se espera que crianças e adolescentes dominem todos os conceitos legais abordados. Caso, por exemplo, o participante não saiba o significado da palavra “discriminação”, cabe ao conselheiro realizar

uma explicação simples, clara e acessível, adequada à faixa etária e ao nível de compreensão do grupo.

Se a criança ou o adolescente disser que não sabe, que nunca ouviu falar ou que não compreendeu o trecho, o conselheiro deve acolher essa resposta com empatia, evitando qualquer tom corretivo ou punitivo, bem como qualquer atitude que possa causar constrangimento, como risos ou reprovações.

Nessas situações, recomenda-se uma abordagem acolhedora, que valorize o momento como oportunidade de aprendizagem. O conselheiro pode, por exemplo, dizer: “Você sabia que isso significa tal coisa? Que bom que você está aqui, porque agora pode entender que o Estatuto da Igualdade Racial trata disso e daquilo.” Ou ainda: “Você não conhecia? Que bom que está participando, porque agora está entendendo o que é violência doméstica. Assim, se um dia você vir algo parecido, vai saber identificar e poderá denunciar.”

É importante reforçar que os cards referentes a legislações, músicas e personalidades não têm o propósito de testar conhecimentos prévios, mas sim de proporcionar um ambiente de aprendizado significativo, em que o conteúdo é explorado de forma dialógica e respeitosa.

Para iniciar a conversa, o conselheiro pode perguntar: “O que você entendeu sobre isso?”. Caso a criança não responda, é possível tentar uma abordagem mais direta, como: “Você já conhecia essa lei?”. Se ainda assim não houver resposta, a pergunta pode ser reformulada mais uma vez, sempre com sensibilidade e atenção ao conforto emocional da criança ou do adolescente.

O mais importante é assegurar a participação sem exercer qualquer tipo de pressão. Caso, mesmo após algumas tentativas, o participante opte por não responder, deve-se acolher essa decisão com respeito, dizendo, por exemplo: “Que bom que você está aqui, porque agora você pode aprender sobre isso.” A partir desse ponto, o conselheiro deve explicar com tranquilidade e simplicidade o conteúdo do card, destacando que se trata de uma legislação real, que protege direitos fundamentais e que deve ser conhecida e respeitada por todos.



ESTATUTO DA PESSOA IDOSA



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm



ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm



LEI MARIA DA PENHA



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm



3.7.3 Personalidades

Ao ser sorteada esta modalidade, o primeiro passo é realizar a leitura da biografia da pessoa apresentada no card. Em seguida, deve-se perguntar ao participante se ele já conhece aquela personalidade, se sabe o que ela faz ou representa, e se há alguém que o inspire em sua vida (alguém que ele conheça que tenha uma trajetória parecida com a pessoa do card... por exemplo: uma pessoa negra que ele admire, uma pessoa com deficiência que lute pelos seus direitos da sua comunidade, etc...). Esse momento tem como objetivo estimular o reconhecimento de figuras locais importantes e promover a identificação com exemplos positivos.

Os cards apresentam indivíduos de diversos perfis, como pessoas negras, pessoas com deficiência, crianças, jovens e mulheres que se destacam em suas respectivas áreas de atuação — como cultura, literatura, ciência — ou que são reconhecidas por sua luta em defesa dos direitos de grupos historicamente marginalizados. São militantes e lideranças que contribuem de forma significativa para o fortalecimento de seus segmentos, como a população negra e as pessoas com deficiência, entre outros.

Por exemplo, se a personalidade apresentada for Abdias do Nascimento, é possível iniciar o diálogo com perguntas como: “Você conhece Abdias do Nascimento?”, “Já ouviu falar sobre ele?”, “Você conhece alguma pessoa negra que seja referência em sua área de atuação?” ou “Existe alguém na sua comunidade que seja uma liderança negra importante?”. Essas perguntas servem como ponto de partida para ampliar o repertório do participante e promover o reconhecimento de figuras históricas relevantes, como Abdias do Nascimento, que foi/é uma grande referência do movimento negro no Brasil.

É importante compreender que os cards são ferramentas que incentivam a reflexão, mas não se limitam apenas ao conteúdo impresso. O papel do facilitador é justamente aproveitar a proposta inicial para ampliar o diálogo, aprofundar os temas apresentados e promover uma conversa significativa e acolhedora, respeitando sempre a realidade e o nível de compreensão do participante. O objetivo final é criar um espaço de escuta, aprendizado e valorização das trajetórias inspiradoras que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em anexo você terá acesso a biografia detalhada de cada personalidade.



3.7.4 Reflexões

Quando o dado cair no ícone de reflexão, você deve ler em voz alta a pergunta impressa na carta e solicitar a opinião do participante. Esta é a única carta do jogo em que **é necessário que o participante expresse diretamente sua opinião pessoal**.

Nas cartas de Música, Personalidade ou Legislação, as perguntas costumam ser mais investigativas e abertas, com formulações como: *Você conhece? O que você entende sobre isso? Já ouviu falar?* Caso o participante não saiba responder, é importante que você explique o conteúdo com paciência, simplicidade e acolhimento.

Já nas cartas de Reflexão, o objetivo principal é ouvir o ponto de vista da criança ou do adolescente sobre o tema proposto. Por exemplo, diante da pergunta “Quais são as formas mais comuns de violência contra a mulher na sua comunidade?”, se

o participante afirmar que não sabe responder, o facilitador pode auxiliá-lo a refletir com perguntas complementares, como: “Você não sabe quais são os tipos de violência ou nunca presenciou esse tipo de situação na sua comunidade?”. Essa abordagem ajuda a ampliar o raciocínio sem expor o participante a constrangimentos.

É importante lembrar que a formulação da **pergunta pode (e deve) ser adaptada conforme a faixa etária da pessoa participante (abaixo listamos formulações simplificadas de cada pergunta para ajuda-los)**.

Para adolescentes, pode-se propor uma reflexão mais complexa, como: “Como a sociedade pode incentivar o desenvolvimento de novas tecnologias para promover a inclusão de pessoas com deficiência?”. Já para crianças do Ensino Fundamental II, a mesma temática pode ser abordada de forma mais simples, com questões como: “Que atividades a sua escola realiza para incluir pessoas com deficiência?”. Caso a resposta seja algo como “Ah, tem uma rampa”, o facilitador pode conduzir a conversa com outras perguntas, por exemplo: “Existe alguma pessoa com deficiência na sua escola?” ou “Você já viu outras formas de inclusão por lá?”.

O propósito é **promover um diálogo que incentive a reflexão sobre o tema de maneira acessível, respeitosa e significativa**. Apesar das diferentes formas de abordagem, é fundamental que o foco da reflexão permaneça no tema central da carta — por exemplo: inclusão de pessoas com deficiência, igualdade racial ou violência contra a mulher.

Você pode e deve adaptar a linguagem de acordo com o perfil do público, sempre mantendo o conteúdo fiel ao tema principal da reflexão.



4. ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE POSSÍVEIS DEMANDAS DO JOGO

4.1 Como abordar temas sensíveis?

Ao conduzir atividades que envolvem temas sensíveis ou reflexões sobre direitos e diversidade, é essencial criar um ambiente seguro, acolhedor e respeitoso. Esse espaço deve permitir que crianças e adolescentes se expressem com liberdade, sem medo de julgamento ou repreensão. Para isso, é importante ter atenção ao perfil dos participantes, ao objetivo da atividade e à maneira como ela será conduzida.

A linguagem utilizada deve ser sempre acessível e empática. A escuta atenta, o sorriso, o olhar interessado e a postura de abertura para o diálogo fazem toda a diferença. Lembre-se de que o seu papel é o de mediador, não de alguém que impõe verdades. Mesmo ao transmitir informações ou explicar determinado assunto, é fundamental adotar uma postura cuidadosa, evitando parecer autoritário ou ofensivo. A abordagem deve partir da ideia de construção conjunta do conhecimento, e não da simples transmissão de conteúdos prontos.

É imprescindível que a criança ou o adolescente se sinta respeitado e compreendido, mesmo quando expressa opiniões que não estejam em conformidade

com os princípios da garantia de direitos. Nessas situações, o caminho mais eficaz é o da reflexão, e não o da cobrança ou da repreensão direta.

Por exemplo, caso uma criança ou adolescente manifeste um comentário capacitista — isto é, que revele algum tipo de preconceito em relação a pessoas com deficiência —, essa fala não deve ser ignorada, mas também não deve ser respondida com reprovação agressiva, como em frases do tipo: “Isso está errado!” ou “Isso é muito feio!”.

O mais adequado é acolher o comentário e conduzir o participante a refletir, por meio de uma pergunta respeitosa, como: “Você acha mesmo que todas as pessoas com deficiência são incapazes?”. Em seguida, é possível apresentar exemplos concretos, com base nas personalidades destacadas nos próprios cards, como: “Você sabia que um dos maiores escritores brasileiros — cuja obra foi adaptada para o cinema e premiada com um Oscar — é uma pessoa com deficiência?” ou “Você sabia que a pintora Frida Kahlo, reconhecida mundialmente, também era uma pessoa com deficiência?”.

Essa forma de condução permite que você se posicione com firmeza, mas com cuidado, sempre promovendo o pensamento crítico e o respeito mútuo. O objetivo é estimular a reflexão e o aprendizado, e não provocar constrangimentos ou rejeição. É importante

ter em mente que a criança ou o adolescente está em processo de formação, e que abordagens rígidas ou violentas podem gerar afastamento e resistência ao conteúdo. Por isso, manter uma postura acolhedora, sensível e aberta ao diálogo é a chave para um processo educativo verdadeiramente transformador. Isso não quer dizer que devemos ter uma postura omissa quando presenciarmos alguma fala que reforce preconceitos, devemos, como sugerido acima, construir reflexões que levem a criança ou adolescente a rever sua própria afirmação.

4.2 Estimule o trabalho em grupo, mesmo entre em equipes distintas

Durante a atividade, é fundamental estimular o trabalho em grupo e a cooperação, mesmo entre equipes diferentes. Caso um grupo não saiba responder a uma pergunta ou resolver determinada situação, ele pode — e deve — ser encorajado a pedir ajuda a outro grupo. Para isso, é importante que essa possibilidade seja apresentada de forma acolhedora.

Explique aos participantes, com transparência, que se trata de uma proposta colaborativa, na qual o objetivo maior é o aprendizado coletivo: “Pessoal, este é um jogo colaborativo. Aqui, todos ganham. Estamos juntos para aprender e para ensinar. Se vocês não souberem responder, podem perguntar ao grupo da frente, porque só termina quando todo mundo vence. Quem chega primeiro ajuda os outros a chegarem também.”

Essa prática contribui para desconstruir a lógica tradicional da competição, muitas vezes presente em ambientes educativos. Ao promover a cooperação, reforça-se a ideia de que o aprendizado é mais rico e significativo quando construído de forma conjunta. Quando todos chegam juntos, chegam mais fortes. Essa perspectiva fortalece os laços de solidariedade e o senso de pertencimento, valores essenciais em processos educativos comprometidos com a inclusão e os direitos humanos.

4.3 Elogie e reconheça cada resposta que valorize os direitos

Assim como é importante evitar reações agressivas ou repreensivas diante de falas preconceituosas, é igualmente fundamental adotar uma postura afirmativa e acolhedora quando surgirem manifestações que valorizem ou defendam os direitos humanos. Nesses momentos, elogie e agradeça ao participante.

Um simples gesto, como dizer: “Muito obrigado por ter trazido essa reflexão para nós hoje”, já demonstra reconhecimento e incentivo.

Esse tipo de acolhimento reforça, para a criança ou o adolescente, que sua voz tem valor e que expressar ideias em defesa dos direitos é algo positivo e importante. Ao perceber que suas falas são bem recebidas e valorizadas, o participante compreende que pode se expressar com segurança e liberdade.

Com o tempo, essa percepção vai se consolidando: “Ah, então, quando eu digo isso, estou no caminho certo.” Aos poucos, essa postura começa a ser levada para outros espaços de convivência — dentro e fora da escola, na comunidade, na família. Assim, a criança ou o adolescente passa a entender que reconhecer, defender e valorizar os direitos é legítimo, necessário e bem-visto socialmente. Esse entendimento faz parte do processo formativo e contribui para a construção de uma consciência cidadã, baseada no respeito, na justiça e na dignidade de todas as pessoas.

4.4 Reflita sobre seus valores

Durante a condução do jogo *Nas trilhas dos direitos*, é essencial que o(a) conselheiro(a) tutelar esteja atento(a) ao fato de que não são seus valores pessoais que devem prevalecer, mas sim os princípios e fundamentos estabelecidos pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. O ECA orienta que toda ação voltada à infância e à adolescência deve respeitar a diversidade em todas as suas formas. Portanto, essa postura de respeito, escuta e acolhimento deve ser levada para cada momento do jogo.

É preciso reconhecer que, muitas vezes, nossos próprios valores carregam traços de preconceitos historicamente construídos por uma sociedade que nem sempre respeita a pluralidade. Assim, o jogo torna-se também uma oportunidade de exercitar, com seriedade e empatia, um olhar mais atento às diferenças. O papel de quem conduz a atividade não é apenas o de ensinar ou mediar respostas, mas o de acolher — de forma responsável — cada criança e adolescente em sua individualidade.

Revisar falas, expressões, brincadeiras e formas de abordar os temas propostos nas cartas é parte fundamental desse processo. Cada interação deve ser uma oportunidade de garantir não apenas a escuta, mas o acolhimento verdadeiro. O jogo *Nas trilhas dos direitos* foi pensado para ser um espaço de reflexão, aprendizado e fortalecimento de valo-

res que promovem a dignidade humana. Para isso, é necessário que quem facilita a atividade esteja disposto(a) a refletir sobre si mesmo(a), reconhecendo que o acolhimento começa pelo respeito às diferenças.

Pergunte-se: *Estou preparado(a) não apenas para garantir os direitos previstos na lei, mas também para acolher com sensibilidade aquele que chega em busca desses direitos?* Afinal, mais do que dar respostas ou cumprir etapas do jogo, é preciso acolher o sujeito que apresenta suas experiências, dúvidas e percepções.

Por isso, leve essa reflexão para cada etapa da atividade. Provoque-se. Pense em como transformar o jogo em um ambiente emocionalmente e cognitivamente seguro — não apenas para as crianças e adolescentes, mas também para você: enquanto profissional, enquanto pessoa, enquanto parte da comunidade que se propõe a trilhar, junto com os participantes, o caminho dos direitos.

4.5 Como proceder, caso haja identificação de violação ou revelação de uma violação

Durante a realização do jogo *Nas trilhas dos direitos*, é possível que surjam situações delicadas, nas quais uma criança ou um adolescente revele, de forma espontânea, alguma vivência de violência ou dê sinais de que pode estar em situação de risco. Diante disso, é fundamental que o(a) conselheiro(a) tutelar ou o(a) observador(a) saiba agir com responsabilidade, empatia e sigilo, sempre priorizando o bem-estar e a proteção da criança ou do adolescente envolvido.

Em primeiro lugar, é importante destacar que, por respeito e cuidado, a atividade **não deve ser interrompida** imediatamente após uma revelação. Interromper o jogo nesse momento poderia constranger ainda mais o participante que compartilhou a vivência e gerar exposição desnecessária diante do grupo. A escuta deve ser acolhedora, mas discreta, garantindo que a continuidade da atividade ocorra com naturalidade para os demais.

Se durante o jogo for percebida alguma situação sensível — seja por meio de uma fala, de um comentário espontâneo ou até de reações emocionais como choro, constrangimento ou desconforto —, o(a) conselheiro(a) que estiver atuando como observador(a) deve estar atento(a) e pronto(a) para intervir com cuidado.

Nesse caso, pode se aproximar com delicadeza e perguntar: *“Está tudo bem? Você gostaria de conversar depois que a atividade terminar?”* Esse tipo de abordagem permite acolher a criança sem alarde, preservando sua privacidade. Neste momento, é recomendável já fazer uma anotação: *“Conversar com a criança após a atividade.”* É sua responsabilidade, ao final da atividade, fazer o atendimento e os devidos encaminhamentos.

O papel do(a) observador(a) é fundamental, pois muitas vezes os sinais de sofrimento não vêm da criança que está se expressando verbalmente, mas de outras que reagem de forma não verbal, demonstrando desconforto diante de determinados temas. Estar atento a essas manifestações sutis é parte essencial da escuta qualificada.

Há também situações em que, durante uma dinâmica ou leitura de card, a criança comenta algo aparentemente casual, como: *“Ah, eu já vi isso acontecendo.”* Mesmo que a fala não seja sobre si, é necessário manter a escuta e aproveitar o momento para orientação. Nessa hora, o(a) facilitador(a) pode responder com leveza e informação: *“Você sabia que, se algo assim acontecer, pode procurar o Conselho Tutelar? Que existe o Disque 100?”* Esse é um momento educativo, em que não apenas se transmite conhecimento sobre os direitos previstos em lei, mas se apresenta os fluxos e caminhos possíveis para buscar ajuda, como o Conselho Tutelar e unidades de referência como o CREAS.

Como conselheiro(a), você já conhece os procedimentos formais e institucionais de atendimento. No entanto, no contexto do jogo, esse conhecimento deve ser compartilhado de forma acessível, cuidadosa e afetiva. Esse espaço lúdico e acolhedor permite à criança ou ao adolescente perceber que o conselheiro tutelar não está ali apenas para intervir em situações graves, mas também para orientar, proteger e oferecer apoio constante.

Assim, o jogo *Nas trilhas dos direitos* se consolida como uma ferramenta não apenas educativa, mas também transformadora. Ele permite construir uma nova imagem do Conselho Tutelar — não como uma figura distante ou punitiva, mas como uma presença confiável, próxima, que acolhe, orienta e protege com empatia, competência e humanidade.



5. ALCANÇANDO OBJETIVOS

Chegamos ao final das orientações do jogo e estamos ansiosos para saber o que a vivência do jogo oportunizará para os Conselheiros (as), a Escola e as crianças e adolescentes que direta e indiretamente participarão da ação.

A aplicação do jogo *Nas trilhas dos direitos* como parte integrante do Selo ALECE Conselho Tutelar foi desenvolvida com quatro grandes finalidades, todas voltadas para a promoção de direitos, o fortalecimento de vínculos e o desenvolvimento de uma cultura de escuta, proteção e diálogo com crianças e adolescentes.

A primeira finalidade é a de **servir como espaço lúdico de aprendizagem**. Trata-se de um instrumento pedagógico que, por meio da ludicidade, convida à reflexão crítica e ao aprendizado sobre temas fundamentais relacionados aos direitos da infância e da adolescência. Por esse motivo, é essencial que o(a) conselheiro(a) tutelar esteja devidamente preparado(a) para conduzir o jogo e explicar com clareza o conteúdo dos cards. Por isso tivemos esse momento inicial para familiarização com o material e momentos de estudo e formação sobre os diversos temas abordados no jogo.

A segunda finalidade do jogo é funcionar como **espaço de acolhimento e de aproximação entre a escola e o Conselho Tutelar**. O jogo proporciona uma nova forma de inserção do Conselho Tutelar no ambiente escolar, em uma perspectiva educativa e de fortalecimento das redes de proteção. Dessa maneira, o Conselho não aparece apenas como uma instância de fiscalização ou intervenção, mas como parceiro da escola no processo de formação cidadã dos estudantes.

A terceira finalidade está relacionada ao **fortalecimento da confiança e da integração entre crianças, adolescentes e conselheiros tutelares**. O modo como o jogo é conduzido tem impacto direto na construção dessa confiança. É necessário que o(a) moderador(a) tenha uma abordagem cuidadosa, empática e sensível, pois o principal objetivo é fazer com que a criança ou o adolescente se sinta seguro e respeitado durante toda a atividade. A intenção é que, ao final da experiência, o participante possa pensar: *“Esse conselheiro sabe do que está falando, está me ouvindo de verdade. Se um dia eu passar por alguma situação difícil, sei que posso contar com ele.”* Assim, a forma de se aproximar, ouvir e dialogar é uma das etapas mais importantes da condução do jogo.

Por fim, o jogo também se propõe a ser um **espaço de identificação de possíveis violações de direitos, de escuta e de acolhimento de revelações iniciais**. Essa é uma dimensão que exige atenção e responsabilidade. Em nenhum momento o(a) moderador(a) deve perguntar diretamente a uma criança ou adolescente se ela sofre algum tipo de violência. No entanto, é possível que, diante de um ambiente acolhedor e respeitoso, o participante se sinta confortável e suficiente para compartilhar espontaneamente alguma situação de sofrimento ou violação. Por isso, é fundamental que o jogo esteja estruturado para funcionar, também, como uma porta de entrada segura para a escuta qualificada e a proteção.

Dessa forma, o jogo *Nas trilhas dos direitos* ultrapassa os limites de uma simples atividade lúdica e se consolida como uma ferramenta de educação, aproximação, proteção e cuidado — sempre orientada pelos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo compromisso ético com a escuta e o respeito à infância e à adolescência.

Então, vamos jogar?





6. Biografias detalhadas



Maria da Penha Maia Fernandes é farmacêutica bioquímica e se formou na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966, concluindo o seu mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo em 1977.

Maria da Penha conheceu Marco Antonio Heredia Viveros, colombiano, quando estava cursando o mestrado, em 1974. O casamento aconteceu em 1976. Após o nascimento da primeira filha e da finalização do mestrado de Maria da Penha, eles se mudaram para Fortaleza, onde nasceram as outras duas filhas do casal.

No ano de 1983, Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antonio Heredia Viveros. Como resultado dessa agressão, Maria da Penha ficou paraplégica devido a lesões irreversíveis na terceira e quarta vértebras torácicas, laceração na dura-máter e destruição de um terço da medula à esquerda – constam-se ainda outras complicações físicas e traumas psicológicos.

A próxima violência que Maria da Penha sofreu, após o crime cometido contra ela, foi por parte do Poder Judiciário: o primeiro julgamento de Marco Antonio aconteceu somente em 1991, ou seja, oito anos após o crime. O agressor foi sentenciado a 15 anos de prisão, mas, devido a recursos solicitados pela defesa, saiu do fórum em liberdade.

Mesmo fragilizada, Maria da Penha continuou a lutar por justiça, e foi nesse momento em que escreveu o livro *Sobrevivi... posso contar* (publicado em 1994 e reeditado em 2010) com o relato de sua história e os andamentos do processo contra Marco Antonio. O ano de 1998 foi muito importante para o caso, que ganhou uma dimensão internacional. Maria da Penha, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

Mesmo diante de um litígio internacional, o qual trazia uma questão grave de violação de direitos humanos e deveres protegidos por documentos que o próprio Estado assinou, o Estado brasileiro permaneceu omissos e não se pronunciou em nenhum momento durante o processo.

Diante da falta de medidas legais e ações efetivas, como acesso à justiça, proteção e garantia de direitos humanos a essas vítimas, em 2002 foi formado um Consórcio de ONGs Feministas para a elaboração de uma lei de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. Após muitos debates com o Legislativo, o Executivo e a sociedade, o Projeto de Lei n. 4.559/2004 da Câmara dos Deputados chegou ao Senado Federal (Projeto de Lei de Câmara n. 37/2006) e foi aprovado por unanimidade em ambas as Casas.

Assim, em 7 de agosto de 2006, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n. 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Considerando que uma das recomendações da CIDH foi reparar Maria da Penha tanto material quanto simbolicamente, o Estado do Ceará pagou a ela uma indenização e o Governo Federal batizou a lei com o seu nome como reconhecimento de sua luta contra as violações dos direitos humanos das mulheres.



Marie Curie (1867-1934) foi uma cientista polonesa naturalizada francesa que contribuiu nos estudos da radioatividade e a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel.

Descobriu também os elementos rádio e polônio, dando a este um nome em homenagem ao país onde nasceu.

Nasceu na Varsóvia (Polônia) no dia 7 de novembro de 1867 e era a filha caçula de cinco irmãos. Sua infância foi difícil, pois ficou órfã de mãe quando tinha apenas 10 anos.

Naquela época, a Polônia fazia parte do Império Russo e sua família havia perdido alguns bens a fim de apoiar a luta pela independência polonesa.

Teve dificuldades para estudar. Isso porque, além de as mulheres não serem admitidas nas universidades, na Polônia, Marie Curie passava por grandes dificuldades financeiras.

Mas, influenciada por seu pai, que era professor de física e de matemática, seguiu seus estudos. Primeiramente numa universidade clandestina na Polônia, depois continuou também de forma autônoma.

Mais tarde, iria para a França, com o intuito de entrar na Universidade de Paris onde graduou-se em física e matemática. Para custear seus estudos trabalhava como governanta e professora.

Quando se graduou, para prosseguir suas investigações, a cientista precisava de um laboratório e um amigo, em 1894, a apresenta a Pierre Curie, físico renomado. Os dois acabariam compartilhando sua vida e o amor pela ciência.

Em 1903 recebe o Prêmio Nobel de Física com seu marido e com Henri Becquerel em virtude das descobertas obtidas no campo das radiações. Nesse mesmo ano, doutora-se em ciências.

Em 1906 seu marido morre e ela ocupa o seu lugar lecionando Física Geral na prestigiada Universidade da Sorbonne, a primeira mulher a fazê-lo.

Em 1911 recebeu o Prêmio Nobel da Química por ter descoberto novos elementos químicos, o rádio e o polônio.

Funda o Instituto Curie, em Paris, em 1914. Esse instituto visa investigar as aplicações médicas do rádio em doentes oncológicos.

Na Primeira Guerra Mundial, criou unidades móveis de radiografia para serem utilizadas entre os soldados feridos. Com sua filha Irène ia aos hospitais convencer aos médicos a utilizarem o seu invento para salvar vidas dos combatentes.

Vítima de leucemia, que adquiriu em decorrência da exposição à radioatividade, morre com 66 anos no dia 4 de julho de 1934, em Passy (comuna francesa).

Seus restos mortais estão depositados no Panteão de Paris, sendo mais uma vez a primeira mulher a receber essa homenagem.

Ao longo da sua vida, madame Curie escreveu sobre a radioatividade e seu livro *Radioactivité*, publicado postumamente, é um instrumento importante no estudo desta matéria.



Malala Yousafzai cresceu em uma família muito pobre e sua criação se deu sob influência do islamismo. Outra característica muito importante da família de Malala foi a influência de seus pais para que ela fosse educada — algo não muito comum no Paquistão. A mãe de Malala, por exemplo, teve acesso à educação por poucos meses quando era jovem.

Durante sua infância e adolescência, ela gostava de ler e teve acesso a uma grande variedade de obras de literatura. A educação também permitiu que ela se tornasse fluente em urdu, pachto e inglês.

Por ser pachto e por morar próximo do Afeganistão, ela chegou a conhecer, por meio de relatos, a violência pela qual as mulheres eram tratadas pelo Talibã. A vida dela mudou radicalmente quando esse grupo chegou ao Swat.

Soldados do Talibã começaram a ser avistados nas ruas de Mingora — maior cidade do Swat. O Swat era uma região extremamente conservadora e os ideais fundamentalistas tinham muito espaço naquela sociedade. Sendo assim, não foi difícil para que o Talibã penetrasse e conquistasse apoiadores na região. Inicialmente, o Talibã trouxe uma mensagem razoável, mas, à medida que ganhou apoio, foi se radicalizando.

A família tornou-se alvo do Talibã de fato por conta da militância de Malala pelo direito das mulheres de frequentarem escolas. Malala iniciou seu ativismo

em defesa dessa causa ainda quando criança e tornou-se mais engajada à medida que o Talibã radicalizava sua mensagem. Os fundamentalistas passaram então a atacar escolas com o objetivo de forçar as mulheres a abandonarem seus estudos.

Malala foi convidada para escrever anonimamente para a BBC em urdu sobre o Talibã e exerceu essa atividade durante alguns meses em 2009. O ativismo trouxe reconhecimento a Malala e ela recebeu uma premiação paquistanesa conhecida como Prêmio Nacional da Paz da Juventude, em 2011.

Malala tecia críticas ao Talibã e à perseguição que eles promoviam às mulheres. Quanto mais famosa ela se tornava, mais perigosa a situação de sua família ficava e mais ameaças ocorriam. Por certo tempo, Malala passou a temer o que poderia acontecer e mudou um pouco a sua rotina para garantir a sua segurança. Em razão das críticas que ela fazia ao Talibã, esse grupo fundamentalista decidiu calar a voz de Malala. Em 9 de outubro de 2012, dois terroristas foram enviados para matá-la.

O atentado contra Malala fez com que ela fosse submetida a uma cirurgia de emergência em Peshawar. Depois da cirurgia, o governo paquistanês, com a autorização dos pais de Malala, decidiu levar a jovem ativista para a Inglaterra porque lá ela teria o melhor tratamento à sua disposição. O tratamento e recuperação de Malala foram financiados pelo Paquistão.

Malala permaneceu na Inglaterra e se estabeleceu na cidade de Birmingham, sendo essa permanência uma medida óbvia para garantir a segurança dela e de sua família. Ela concluiu seus estudos básicos na Inglaterra e graduou-se na Universidade de Oxford. Permaneceu engajada pela causa da educação e criou o Fundo Malala, que promove campanhas de incentivo aos estudos de garotas.

O atentado transformou Malala em uma figura conhecida internacionalmente e gerou reconhecimento ao ativismo dela. Ela ganhou inúmeros prêmios, e o de maior destaque foi o Nobel da Paz, conquistado em 2014.



Conhecida internacionalmente como Frida Kahlo, **Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón** nasceu em Coyoacán, no México, em 6 de julho de 1907. Foi uma artista à frente do seu tempo, tendo sua trajetória marcada por força de vontade, sofrimento, paixões e luta.

Filha do fotógrafo alemão Wilhelm Kahlo, Frida acreditava que pudesse mostrar com seus “retratos feitos a mão”, ou seja, suas pinturas, tudo que passava em sua vida, nas mais variadas circunstâncias.

Frida sofreu de poliomielite aos seis anos e, com isso, teve sequelas em uma de suas pernas, sendo chamada por outras crianças na escola de “Frida da perna de pau”. Devido à doença, também adotou o uso de saias longas, que, anos mais tarde, tornaram-se coloridas e chamativas e uma das marcas registradas da artista.

Frida reconhecia-se como “filha da revolução”, já que passou parte da infância entre tiroteios ocorridos durante a Revolução Mexicana de 1910.

Na juventude, estudou na Escola Nacional Preparatória de San Ildefonso, na Cidade do México, tendo acesso a diferentes grupos estudantis das mais variadas áreas, identificando-se mais com aqueles ligados às artes e à filosofia.

Ainda jovem, com 18 anos, sofreu um acidente de carro, quando um caminhão chocou-se com o bonde em que ela estava. Na colisão, uma barra de ferro atravessou o corpo de Frida, acertando sua pelve e barriga. Por conta do acidente, ela ficou acamada, imóvel e engessada por um período muito longo. Também foi submetida a mais de 30 cirurgias, a fim de tentar melhorar os danos e ferimentos causados pelo acidente.

Como resultado dele, ela teve fratura tripla da coluna vertebral, fratura da clavícula, fratura da terceira e quarta costelas, luxação do ombro esquerdo, tripla fratura da bacia, perfuração do abdômen e da vagina, 11 fraturas da perna direita e deslocamento do pé esquerdo.

Contudo, foi nesse período que a pintura entrou em sua vida, já que foi por essa arte que Frida conseguia passar o tempo e extravasar seus sentimentos e pensamentos.

A artista seguiu retratando sua vida em suas telas sempre com cores fortes e traços marcantes, características que se tornaram marcas registradas de suas obras, assim como de suas roupas e adereços.

Frida também retratava artisticamente aspectos íntimos e femininos, como abortos e feminicídios, algo considerado um tabu na época. O último tema foi retratado, por exemplo, em uma de suas obras mais impactantes e intitulada *Unos cuantos piquetitos*, de 1937, na qual se tem uma mulher nua, coberta de sangue, em uma cama, com um homem ao lado segurando uma faca.

Ela também nunca escondeu sua dor e fragilidade tanto física quanto emocional, colocando nas pinturas o que passava ou já tinha passado para os olhos de todos. Exemplo disso é o quadro *A coluna partida*, de 1944, em que retrata a própria fragilidade física, com sua coluna exposta e quebrada, além de pregos espalhados por todo o corpo.



Stephen Hawking foi um grande físico teórico e o responsável por muitas contribuições nos campos da Cosmologia e Astrofísica moderna. Durante sua vida, foi autor de algumas teorias polêmicas sobre a origem do Universo e foi o primeiro a trazer uma descrição satisfatória sobre a dinâmica dos buracos negros.

Stephen William Hawking nasceu na cidade de Oxford, na Inglaterra. Seus pais, considerados muito inteligentes, Frank e Isobel Hawking, mesmo com dificuldades financeiras, formaram-se na Universidade de Oxford. Frank tornou-se diretor da divisão de Parasitologia do Instituto Nacional de Pesquisa Médica, em Londres. Hawking teve duas irmãs mais novas, Philippa e Mary, e um irmão adotivo, Edward.

Apesar de querer estudar matemática, entrou no curso de Física em 1959, no University College, em Oxford, contrariando a vontade do pai, cujo desejo era que Hawking fosse médico. Durante sua graduação, conheceu Jane Wilde, uma estudante de Letras com quem se casou em 1965 e com quem teve três filhos, Robert, Lucy e Timothy, nascidos em 1967, 1970 e 1979, respectivamente.

Durante o período de graduação, Hawking descobriu ser portador de uma doença chamada Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA). As consequências dessa doença são principalmente a atrofia muscular.

Quando os médicos diagnosticaram Hawking, deram-lhe um prazo máximo de 2 anos de vida, no entanto, sua condição progrediu lentamente até a data de sua morte, em 14 de março de 2018, aos 76 anos.

Doutorou-se em 1966 em Trinity Hall, em Cambridge, e, em 1979, ocupou o cargo catedrático de Professor Lucasiano na Universidade de Cambridge, outrora ocupado pelo físico inglês Isaac Newton, em 1669.

Hawking deixou um grande legado para a Ciência. Criou teorias pautadas em tópicos avançados da Relatividade geral, Termodinâmica e Mecânica quântica, fornecendo pistas valiosas acerca do funcionamento e origem do Universo.

Stephen Hawking foi autor e coautor de 15 livros de divulgação científica, mesmo com as suas grandes dificuldades motoras. Em seus últimos trabalhos, ele usou uma interface computadorizada para auxiliá-lo. Por meio do movimento do seu queixo ou dos olhos, ele formava aproximadamente uma palavra por minuto.

Entre suas principais publicações, destaca-se *"Uma breve história do tempo"*. Publicada em 1988, a obra vendeu mais de 10 milhões de cópias. Seu grande sucesso deveu-se à linguagem utilizada por Hawking, acessível até mesmo para os mais leigos. Outros títulos de grande sucesso foram *"O universo numa casca de noz"* e *"Uma nova história do tempo"*.



Greta Tintin Eleonora Ernman Thunberg nasceu em 3 de janeiro de 2003, em Estocolmo. A sueca foi criada em uma família de artistas. Sua mãe, Malena Ernman, é cantora de ópera, e seu pai, Svante Thunberg, é ator. Greta tem uma irmã mais nova, Beata, que é uma cantora popular na Suécia.

Greta, por sua vez, utilizou sua criatividade de uma maneira diferente. Ela tinha apenas 8 anos quando soube da crise climática. Desde então, tem se esforçado para reduzir sua pegada de carbono, parando de voar e se tornando vegana. Ela influenciou sua família a fazer o mesmo.

Aos 12 anos, Greta foi diagnosticada com transtorno do espectro autista, referindo-se mais tarde ao transtorno como seu “superpoder”. Em três anos, ela se tornou uma ativista conhecida internacionalmente.

Thunberg iniciou seu ativismo climático aos 15 anos. Com a simples mensagem “Greve escolar pelo clima” escrita à mão em um cartaz, a adolescente começou a faltar à escola às sextas-feiras para protestar em frente ao Parlamento sueco em agosto de 2018. Seus protestos ficaram conhecidos como “Sextas pelo Futuro”, e outros jovens preocupados em toda a Europa logo se juntaram ao movimento para pressionar líderes e legisladores a agirem contra as mudanças climáticas por meio de suas paralisações regulares.

Como rosto do movimento jovem pelo clima, Thunberg foi convidada para discursar em inúmeros comícios, incluindo em Estocolmo, Londres e Bruxelas. Em dezembro de 2018, seu discurso na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em Katowice, Polônia — conhecida como COP24 — viralizou.

Tirando um ano sabático da escola, Thunberg cruzou o Atlântico em um iate com emissão zero, acompanhada do pai e de uma equipe de apoio. Em pouco mais de duas semanas, o iate chegou à cidade de Nova York no final de agosto de 2019, antes de vários compromissos públicos de Thunberg.

Ela visitou o ex-presidente dos EUA, Barack Obama, e mais tarde discursou perante o Comitê de Relações Exteriores da Câmara e o Comitê Seletor da Câmara, em Washington, D.C. Conhecida por seu estilo direto de falar, Thunberg mal se pronunciou perante os comitês e, em vez disso, promoveu o último relatório da ONU.

Dois dias depois, Thunberg caminhou com milhões de manifestantes na cidade de Nova York para exigir ações climáticas na Greve Global pelo Clima de Nova York. No dia seguinte, ela discursou na Cúpula da Juventude do Clima da ONU.

Em dezembro de 2019, Thunberg esteve entre os palestrantes da COP25 em Madri. Nesse mesmo mês, foi nomeada Personalidade do Ano pela revista *Time*. Aos 16 anos, tornou-se a pessoa mais jovem a receber a homenagem.

Na Cúpula Youth4Climate, em setembro de 2021, Thunberg criticou os líderes mundiais por suas “promessas vazias” de enfrentar a crise climática, citando declarações do presidente dos EUA, Joe Biden, e do primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, entre outros.

Em outubro de 2022, ela publicou *The Climate Book*, uma coleção de ensaios de especialistas em clima.



Marcelo Rubens Paiva nasceu em 1º de maio de 1959, na cidade de São Paulo. Com o golpe militar, em 1964, seu pai, o deputado Rubens Paiva (1929-1971), teve o mandato cassado e partiu para o exílio. Mas logo voltou ao Brasil, e a família foi morar no Rio de Janeiro. Em 1971, o pai do escritor foi preso, torturado e morto.

Assim, o romancista se tornou mais um filho de desaparecido político da ditadura militar brasileira (1964-1985). A partir de então, sua mãe, Eunice Paiva (1932-2018), teve de criar sozinha seus cinco filhos. A família voltou para São Paulo, onde o escritor estudou no Colégio Santa Cruz e passou a escrever para o jornal da escola.

Mais tarde, Marcelo Rubens Paiva vivenciou outro episódio que mudou os rumos de sua vida. Ele estudava engenharia agrícola na Universidade Estadual de Campinas, morava em uma república de estudantes, fazia parte do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e escrevia para o jornal da Unicamp, quando, em 14 de dezembro de 1979, aos 20 anos, sofreu um acidente após saltar em um lago e bater em uma pedra, fraturando a quinta cervical e ficando paraplégico.

Passou por um longo e difícil tratamento, mas pôde, novamente, usar mãos e braços. Assim, com 21 anos de idade, começou a escrever seu primeiro e mais famoso livro — *Feliz ano velho* —, publicado em

1982. A obra se tornou um best-seller, e Marcelo Rubens Paiva iniciou, assim, a sua carreira de escritor.

A partir daí, passou a dedicar sua vida à militância política e à escrita. Estudou na Escola de Comunicações e Artes da USP e fez mestrado em Teoria da Literatura, na Unicamp. Além disso, ganhou os prêmios Jabuti, em 1983, Moinho Santista, em 1985, e Shell de Teatro, em 2000. Desde 2002, é colunista do Estadão (ou O Estado de S. Paulo). Em 2016, recusou a Ordem do Mérito Cultural, em protesto ao governo Temer.

A partir de 2009, passou a trabalhar como diretor de teatro. Em 2010, fez uma adaptação cinematográfica de seu romance *Malu de bicicleta*. Por esse roteiro, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras. Em 2015, publicou seu livro *Ainda estou aqui*, adaptado para o cinema, em 2024, por Walter Salles.

As obras de Marcelo Rubens Paiva fazem parte da literatura contemporânea brasileira. Elas são marcadas pela linguagem simples, irônica e irreverente, além de fazerem crítica sociopolítica e destacarem a realidade urbana. O caráter memorialístico é recorrente, bem como a temática da Ditadura Militar e dos desaparecidos políticos. O autor também transitou pelo gênero policial.

O autor enfrenta as dificuldades de locomoção experimentadas no dia a dia por cadeirantes brasileiros e está sempre disposto a lutar pela acessibilidade de pessoas com deficiência. Em 2016, participou da cerimônia de abertura dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro.



Ao lado de seu marido José Luiz Napoleão, **Preta Simoa** liderou uma significativa mobilização em janeiro de 1881, com o objetivo de impedir o embarque de escravos no porto de Fortaleza. Seu nome oficial (se é que teve algum registro) e seu local de nascimento permanecem desconhecidos.

Durante os preparativos da greve, Preta Tia Simoa convocou os moradores dos arredores do Porto do Mucuripe, organizou reuniões nos morros e angariou apoio para os grevistas. A área circundante era habitada principalmente por pescadores e jangadeiros, muitos deles pardos e negros libertos ou alforriados. Além de se dedicarem à pesca, os jangadeiros do porto também eram responsáveis por carregar mercadorias da praia para os navios. As vilas ao redor, de então e agora, eram áreas de intensa atividade comercial, principalmente relacionada à pesca. Os trabalhadores enfrentavam discriminação, abusos do governo, tributos e violência contra os libertos que eram coagidos a transportar escravos para a província.

Ao participar desse movimento, Preta Simoa também despertou a consciência daqueles que já estavam livres, reconhecendo a necessidade de lutar pela liberdade de todos. Sem essa mobilização popular em massa, as greves de 1881 não teriam sido bem-sucedidas.

O movimento resistiu bravamente às severas repressões policiais. O 15º Batalhão do Exército recusou-se a intervir devido à determinação e coragem dos grevistas. A mobilização se refletiu nas eleições, resultando na eleição de um governador defensor da abolição, Sátiro Dias. A luta só cessou após a promulgação da lei, resultando em mais de 30 mil pessoas libertadas no Ceará.

Preta Simoa desempenhou um papel essencial na comunidade durante o movimento, apesar das dificuldades impostas pelo patriarcado. Teve que se libertar das amarras da prisão doméstica e do preconceito para lutar. No entanto, ela não se deixou intimidar. Infelizmente, não há registros sobre sua data de morte ou onde a líder negra da greve dos jangadeiros foi enterrada. Preta Tia Simoa é uma das várias figuras que sofreram com o silenciamento da história do povo negro.

Apesar de estar à frente de um movimento importante para o estado, Preta Tia Simoa teve seu nome esquecido por muitos anos. O resgate de sua história é uma reviravolta recente, de cerca de 15 anos.

A lei de número 17.688, instituída no dia 28 de setembro de 2021, institui o Dia da Preta Tia Simoa e da Mulher Negra e a Semana Preta Tia Simoa de Combate à Discriminação Contra as Mulheres Negras no Estado do Ceará.



Louis Braille nasceu em 4 de janeiro de 1809, na pequena cidade francesa de Coupvray, a cerca de 45km de Paris. No ano de 1812, ao brincar como de costume na oficina de seu pai, feriu o olho esquerdo ao tentar perfurar um pedaço de couro com um objeto pontiagudo, causando grave hemorragia. O ferimento infeccionou e, como não havia auxílio médico eficaz para eliminar o centro da infecção, alguns meses mais tarde, a infecção atingiu o outro olho e a cegueira total adveio quando Louis estava com cinco anos.

Seus pais ainda tentaram vários tratamentos, consultaram vários oculistas, inclusive em cidades vizinhas, mas todos os esforços foram em vão, pois a infecção generalizada havia destruído ambas as córneas.

Mesmo convivendo com a cegueira, Louis era um estudante exemplar: decorava e recitava as lições que ouvia, confundindo seus professores com sua inteligência brilhante. Aos 10 anos, ele conseguiu uma bolsa de estudos no Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris, a primeira escola para cegos do mundo. Na Instituição, o ensino consistia em fazer os alunos repetirem as explicações e os textos ouvidos. Alguns livros escritos no sistema de Valentin Haüy, método oficial de leitura para cegos da época, permitiam leitura suplementar. Esses poucos livros eram os únicos existentes.

Louis dedicou-se profundamente aos estudos, mas a recreação também era parte importante na vida da escola, e ele participava com entusiasmo das atividades. Gostava de música clássica e, como os professores do Conservatório vinham dar aulas gratuitas na Instituição, dedicou-se a um estudo que consistia em ouvir e repetir o que era ouvido. As condições não eram ideais, mas Braille tornou-se um excelente pianista e, mais tarde, o talentoso organista de Notre Dame des Champs.

As dificuldades enfrentadas por Louis Braille em seus estudos o levaram, desde cedo, a preocupar-se com a possibilidade de criação de um sistema de escrita para cegos. Para isso, ele contou com a ajuda de outras pessoas, como Charles Barbier de la Serre, criador de um sistema de sinais em relevo que, quando combinados, transmitiam suas ordens militares para os soldados durante a noite.

Através desse sistema, qualquer frase podia ser escrita, mas, como era um sistema fonético, as palavras não podiam ser soletradas. Louis Braille rapidamente aprendeu a usar o sistema, que praticava sempre com um amigo, escrevendo com o auxílio de uma régua guia e de um estilete. Adquirindo maior habilidade no uso do método, ele acabou descobrindo seus problemas e começou a pensar em possíveis modificações.

O novo sistema de Braille visava eliminar completamente esses problemas com a criação de um alfabeto no qual 63 combinações representavam todas as letras do alfabeto, além de acentuação, pontuação e sinais matemáticos. O sistema foi concluído em 1824, quando seu inventor tinha apenas 15 anos de idade.

Apesar dos esforços de Braille para aperfeiçoar e desenvolver seu sistema, e de sua aceitação pelos alunos da Instituição, o método de ensino continuava sendo as letras em relevo de Valentin Haüy, pois muitos professores conservadores relutavam em abandonar os velhos métodos. Só em 1843, com a transferência do Instituto Real para Jovens Cegos para sua nova sede, é que o seu diretor passou a aceitar o sistema de Braille. Este foi o primeiro passo para a aceitação geral. Daí em diante, seu uso começou a expandir-se por toda a Europa.



Esperança Garcia foi uma mulher negra escravizada no século XVIII, em Oeiras, município a 300 km de Teresina.

Segundo pesquisadores, Esperança nasceu na fazenda Algodões, propriedade que pertencia a padres jesuítas brasileiros. No local, ela aprendeu a ler e escrever. Quando completou 16 anos, Garcia casou-se e teve seu primeiro filho.

Contudo, os catequistas foram expulsos pelo diplomata português Marquês de Pombal e a fazenda foi transferida para outros senhores de escravo. Logo depois, aos 19 anos, Garcia foi separada dos filhos e do marido, e enviada para outras terras.

Após ser separada dos filhos e do marido, e com o intuito de ser resgatada e encontrá-los novamente, ela denunciou as situações de violência que sofria ao Governo do Piauí.

As denúncias foram feitas em uma carta, datada em seis de setembro de 1770, Garcia relatou os maus tratos sofridos por ela, outros homens e mulheres negras em uma fazenda da região. O documento, enviado ao governador do estado, solicitava o resgate do grupo.

De acordo com juristas e historiadores brasileiros, o documento pode ser considerado uma petição, pois apresenta elementos jurídicos importantes, como endereçamento, identificação, narrativa dos fatos, fundamento no Direito e um pedido. Não se sabe, contudo, se o pedido de Esperança chegou a ser atendido e se reencontrou sua família.

Em 1979, a carta foi localizada no arquivo público do estado, pelo historiador Luiz Mott. Em 1999, após reivindicações do movimento negro piauiense, o dia 6 de setembro foi oficializado como o Dia Estadual da Consciência Negra.

Já em 2017, a Comissão da Verdade da Escravidão Negra da Ordem dos Advogados do Brasil no Piauí (OAB-PI) publicou uma pesquisa intitulada “Dossiê Esperança Garcia: Símbolo de Resistência na Luta pelo Direito”

No mesmo ano, dois séculos após a escritura da carta, a OAB-PI reconheceu Esperança Garcia como a primeira mulher advogada piauiense.

No Piauí, espaços de sociabilidade e centros de acolhimento à mulheres, ganharam o nome de Esperança Garcia, como forma de homenagem e valorização da luta e resistência da escravizada.

Uma escultura de Esperança Garcia integra o acervo da Central de Artesanato Mestre Dezinho, localizado no Centro de Teresina. A obra foi produzida em barro, em tamanho real.

Também em Teresina, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Esperança Garcia (CRAM), que oferece apoio psicológico, social e jurídico para mulheres em situação de violência, e o auditório da Faculdade Ademar Rosado levam o nome da advogada. Em Nazaré do Piauí, existe a Maternidade Esperança Garcia.



Mulher, negra e moradora da favela do Canindé, extinta comunidade da zona norte da cidade de São Paulo, **Carolina** nasceu em Sacramento, em Minas Gerais, em 1914.

Carolina foi presa injustamente duas vezes. Na primeira, foi acusada por policiais de exercer bruxaria por estar lendo um livro espírita. Depois da segunda prisão, quando foi acusada de roubar o dinheiro de um padre, a escritora migrou de Minas Gerais para São Paulo a pé.

Ela chegou em São Paulo quando a cidade estava em processo de modernização e viu as primeiras favelas aparecendo. Construiu o seu barraco e se alojou na favela do Canindé em 1947. Trabalhava como catadora de papéis para sustentar a si e aos três filhos que criava sozinha. Depois de publicar o primeiro livro, mudou para Santana, também na zona norte.

Ainda na infância, descobriu o amor pela escrita. Os inéditos de Carolina Maria de Jesus vão muito além dos seus diários. Romances, poemas e peças teatrais estão entre esses materiais que ainda não chegaram aos leitores.

Carolina de Jesus ficou conhecida depois de encontrar o jornalista Audálio Dantas, em 1958, que a

ajudou a publicar o 'Quarto de despejo', publicado em 1960. Em poucos meses, a obra bateu a marca de 100 mil exemplares e foi traduzido para 15 idiomas. Na época, o jornalista trabalhava na Folha da Manhã, do grupo Folha, e publicou uma matéria sobre Carolina, com grande repercussão.

Em vida, Carolina de Jesus publicou 4 livros. Em 1961, publicou 'Casa de alvenaria: Diário de uma ex-favelada' e, dois anos depois, em 1963, publicou 'Pedacinhos de fome' e 'Provérbios'.

Além de instrumento de denúncia social produzido por alguém que efetivamente vivia nessas condições de vida devastadoras, suas mais de cinco mil páginas manuscritas, entre romances, contos, crônicas, poemas, peças de teatro, canções e textos de gênero híbrido, dotadas de estilo próprio, confrontam os ditames da tradição literária e da norma padrão culta da língua. Carolina foi publicada em mais de 40 países e traduzida para 14 línguas.

Em 1969, se mudou para um pequeno sítio em Parelheiros, periferia da zona sul da capital paulista, onde morou o resto da vida. Depois de sua morte, mais 5 livros foram publicados. Muitos dos seus romances permanecem inéditos.



IQBAL MASIH

Oriundo de uma família cristã de baixa renda, **Iqbal Masih** nasceu em 1983, na cidade de Muridke, em Punjab, no Paquistão. Vítima de trabalho forçado, ele foi colocado para trabalhar aos 4 anos por seus pais para pagar a dívida de 600 rúpias emprestadas de um proprietário de uma fábrica de tapetes.

Todos os dias, o jovem se levantava antes do amanhecer e percorria as estradas rurais escuras até a fábrica, onde ele e a maioria das outras crianças eram fortemente amarradas com correntes aos teares, para evitar a fuga.

Percebendo que a dívida da família não seria paga tão cedo, Masih escapou e se libertou, aos 10 anos, após saber que o trabalho forçado foi declarado ilegal pela Suprema Corte do Paquistão. Porém, **Iqbal** sabia que muitos de seus colegas não teriam a mesma chance.

Com isso, foi até as autoridades locais e expôs a máfia dos tapetes. Mesmo atrofiado e curvado devido aos 6 anos de desnutrição que passou trabalhando na fábrica, ajudou mais de 3.000 crianças paquistanesas, que estavam em trabalho forçado, a escaparem para a liberdade.

Além disso, passou a visitar outros países, como a Suécia e os Estados Unidos, para compartilhar sua história, além de encorajar outras crianças a se

unirem na luta contra a escravidão infantil. Em seus discursos, sempre deixava claro seu desejo de se tornar advogado. Ansiava por ajudar aqueles que sofrem o mesmo que ele sofreu.

Em 1994, **Masih** recebeu o Prêmio Reebok de Direitos Humanos, em Boston. Em seu discurso, ele declarou: “Eu sou um daqueles milhões de crianças que estão sofrendo no Paquistão devido ao trabalho forçado e infantil, mas tenho sorte devido aos esforços de Frente de Libertação do Trabalho Escravo (BLLF). Eu estou diante de vocês aqui hoje. Depois da minha liberdade, entrei para a Escola BLLF e estou estudando por lá agora. Para nós, crianças escravas, Ehsan Ullah Khan [fundador da BLLF] e a Frente de Libertação do Trabalho Escravo fizeram o mesmo trabalho que Abraham Lincoln fez pelos escravos da América. Hoje, vocês estão livres, e eu também”.

Enquanto visitava parentes em Muridke, no Paquistão, em 16 de abril de 1995, num domingo de Páscoa, **Iqbal** foi morto a tiros à mando da máfia dos tapetes. Ele tinha apenas 12 anos na época.

O jovem já havia recebido diversas ameaças por suas denúncias terem ajudado a fechar diversas fábricas que usavam do trabalho infantil. Seu funeral foi assistido por, aproximadamente, 800 pessoas.



Luiz Gonzaga Pinto da Gama nasceu na cidade de Salvador, em 21 de junho de 1830. Sabemos muito pouco da sua infância, e algumas das informações, segundo a maioria dos historiadores, podem ter sido mitificadas pelo próprio. Quanto a sua origem, sabemos que era filho de um homem branco e uma mulher negra.

Seu pai, do qual não sabemos o nome até hoje, era um fidalgo bastante rico que pertencia a uma das famílias mais tradicionais de Salvador. A mãe de Luiz Gama supostamente era Luísa Mahin, uma mulher negra originária da Costa da Mina e que sobrevivia como quitandeira. Ela teria sido bastante envolvida com a Revolta dos Malês e com a Sabinada.

Luísa Mahin teria fugido para o Rio de Janeiro por conta da repressão instalada na Bahia depois da Sabinada. No Rio de Janeiro, ela teria desaparecido, e Luiz Gama, então, foi criado pelo pai, que decidiu vendê-lo como escravo quando ele tinha 10 anos, porque aquele tinha dívidas de jogo e precisava quitá-las.

A escravização de Luiz Gama era ilegal, mas, ainda assim, ele foi vendido e transportado de barco para o Rio de Janeiro. Na capital, ele teria trabalhado em uma loja de velas. Depois ele foi revendido para um alferes, que o levou para o interior de São Paulo, até que, finalmente, ele foi revendido mais uma vez,

indo morar em São Paulo e trabalhar em ofícios domésticos. Durante o seu cativeiro, ele aprendeu a ler por influência de um hóspede de seu “dono”. Depois disso, decidiu fugir e ir atrás das provas de sua liberdade.

Luiz Gama conseguiu provar a sua liberdade e, a partir daí, ele seguiu sua carreira profissional e foi um dos maiores intelectuais do Brasil na segunda metade do século XIX.

Depois de reconquistar sua liberdade, Luiz aderiu à Força Pública de São Paulo e alistou-se como praça. Isso aconteceu em 1848, e ele permaneceu na corporação até o ano de 1854, quando um ato de insubordinação forçou sua prisão e expulsão. Nesse período ele exerceu função de copista e chegou a trabalhar num gabinete de delegacia.

Em 1856 ele se tornou funcionário público, indo trabalhar na Secretária de Polícia, e tornou-se uma figura influente e bem relacionada. Seu trabalho com a escrita na polícia demonstrava a habilidade que ele tinha para esse ofício, e assim ele começou a produzir alguns textos, com seu único livro, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, publicado em 1859.

A partir da década de 1860, Luiz Gama iniciou carreira como jornalista e tornou-se um dos grandes jornalistas da cidade de São Paulo. Ele trabalhou em vários jornais, publicou artigos e atuou também como tipógrafo.

Gama era um defensor da república e um abolicionista radical, e usava de sua posição como jornalista para defender as causas em que acreditava.

A principal forma de atuação de Luiz Gama se deu por meio de sua atuação como rábula, isto é, como advogado sem formação acadêmica. Ele chegou a frequentar aulas do curso de Direito, mas nunca se formou. Ele anunciava os seus serviços nos jornais de São Paulo, incluindo nos que ele escrevia, e teve muito sucesso na defesa de negros escravizados.

Na Justiça, Luiz Gama foi bem-sucedido em garantir a liberdade dessas pessoas ao demonstrar que a escravização delas era ilegal à luz de uma lei de 1831 que proibia o tráfico negreiro. A Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, também reforçou a atuação de Gama, permitindo que ele conquistasse a liberdade de mais de 500 pessoas.



Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. De origem humilde, migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras pela UFRJ, trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edimilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto.

Participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra em nosso país, estreou na literatura em 1990, quando passou a publicar seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*. Escritora versátil, cultiva a poesia, a ficção e o ensaio. Desde então, seus textos vêm angariando cada vez mais leitores. A escritora participa de publicações na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Seus contos vêm sendo estudados em universidades brasileiras e do exterior.

Em 2003, publicou o romance *Ponciá Vicêncio*, pela Editora Mazza, de Belo Horizonte. O livro foi incluído nas listas de diversos vestibulares de universidades brasileiras e vem sendo objeto de artigos e dissertações acadêmicas. Em 2006, Conceição Evaristo traz à luz seu segundo romance, *Becos da memória*, em que trata, com o mesmo realismo poético presente no livro anterior, do drama de uma

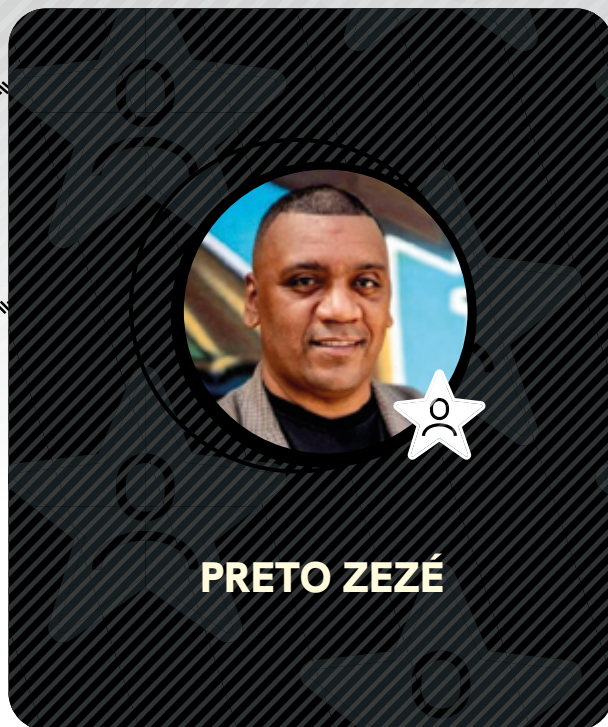
comunidade favelada em processo de remoção. E, mais uma vez, o protagonismo da ação cabe à figura feminina símbolo de resistência à pobreza e à discriminação. Em 2007, sai nos Estados Unidos a tradução de *Ponciá Vicêncio* para o inglês, pela Host Publications.

Vários lançamentos são realizados, seguidos de palestras da escritora em diversas universidades norte-americanas. Já sua poesia, até então restrita a antologias e à série *Cadernos Negros*, ganha maior visibilidade a partir da publicação, em 2008, do volume *Poemas de recordação e outros movimentos*, em que mantém sua linha de denúncia da condição social dos afrodescendentes, porém inscrita num tom de sensibilidade e ternura próprios de seu lirismo, que revela um minucioso trabalho com a linguagem poética.

Em 2011, Conceição Evaristo lançou o volume de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres*, em que, mais uma vez, trabalha o universo das relações de gênero num contexto social marcado pelo racismo e pelo sexismo. Em 2014, a escritora publica *Olhos D'água*, livro finalista do Prêmio Jabuti na categoria "Contos e Crônicas". Já em 2016, lança mais um volume de ficção, *Histórias de leves enganosa e parecenças*.

Nos últimos anos, três de seus livros, que continuam recebendo novas edições no Brasil, foram traduzidos para o Francês e publicados em Paris pela editora Anacaona. Em 2017, o Itaú Cultural de São Paulo realizou a Ocupação Conceição Evaristo contemplando aspectos da vida e da literatura da escritora.

Em 2018, a escritora recebeu o Prêmio de Literatura do Governo de Minas Gerais pelo conjunto de sua obra. Em 2023, vem a público o volume *Maca-bea, flor de mulungu*, conto em que dialoga com *A hora da estrela*, de Clarice Lispector. E ainda em 2023 foi agraciada com o Prêmio Intelectual do Ano, Concedido pela UBE – União Brasileira de Escritores. Em 8 de março de 2024, tomou posse como integrante da Academia Mineira de Letras.



PRETO ZEZÉ

Francisco José Pereira de Lima, o Preto Zezé, é uma das maiores lideranças das favelas brasileiras.

Presidente da Central Única das Favelas nacional, ele é o mais velho dos cinco filhos de um casal de retirantes que migraram do interior do Ceará para a capital. Criado nas Quadras, favela de Fortaleza, precisou largar os estudos aos 12 anos para trabalhar, lavando carros, e ajudar a mãe, doméstica, e o pai, pintor da construção civil. Logo tomou gosto pela rua, pela pichação e os bailes funk. Mas no meio do caminho tinha o hip hop e, por causa dele, a politização.

Foi o rap também (mais especificamente, a música “Negro limitado”, dos Racionais MC’s, do disco “Escolha o seu Caminho”, de 1992) que o fez despertar para sua condição de homem negro, um momento muito difícil.

Logo ele criou o Movimento Cultura de Rua, que o levou a ter contato com Celso Athayde, fundador da Cufa (Central Única das Favelas). Se no início ele implicava com aquele cara que tinha uma visão mercadológica do hip hop, então se viu em uma ação com ele. Dali, foi chamado para trabalhar na ONG. Entre 2004 e 2012 atuou como coordenador estadual da Cufa Ceará e, em 2012, tornou-se presidente nacional da organização.

Em 2015, depois de um evento da entidade na ONU (Organização das Nações Unidas), em Nova York, Athayde convida-o para ser presidente da Cufa Global. Ficou no cargo até 2020, quando voltou a

assumir a Cufa Nacional, devido à gravidade com que a pandemia da Covid-19 tem atingido as favelas do Brasil.

Em parceria com empresas, a ONG criou o projeto Mães da Favela, que tem foco nas chefes de família e tem feito distribuição de alimentos, material de higiene e limpeza, e transferência de renda, com o chamado Vale-Mãe de R\$ 120 pelo período de três meses. Mais de 908 mil de famílias, ou seja, cerca de 3,6 milhões de pessoas (pensando-se em quatro membros por família) já foram atendidas. Foram mobilizados mais de R\$ 113 milhões.

Além de seus diversos papéis, Preto Zezé tornou-se uma figura de grande destaque nas causas sociais do país e no debate sobre o racismo no Brasil e sua relação com a desigualdade social.

Zezé é um empreendedor de destaque, colunista de O Globo, curador do Prêmio da Música Brasileira, membro da bancada do programa Domingão com Huck, rapper, produtor cultural, repórter no Quadro Talentos da Comunidade na TV Verdes Mares/afiliada da Rede Globo no Ceará, autor dos livros “Selva da Pedra: a Fortaleza Noiada” (2014) e “Das Quadras Para o Mundo (2019)”, consultor em planos de oportunidades para governos e empresas.

CEO e fundador do Laboratório de Inovação Social (LIS), é ativista de uma agenda positiva nas favelas para transformar o estigma em carisma as dificuldades em oportunidades.

7. Modelo de Relatório e Frequência

**Acesse os arquivos editáveis
clcando nos botões abaixo.**



https://docs.google.com/document/d/13L-9GZU4S0YY8YAozBGa3UIAJIGeUI5MS?rtfop=true&usp=drive_fs



<https://docs.google.com/document/d/17pAsMcN3M-3cSUazimeTVkDmKMqXrkjh2/edit?usp=sharing&ouid=106797694191816075321&rtfop=true&sd=true>

RELATÓRIO DE REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NAS ESCOLAS
APLICAÇÃO DO JOGO “Nas Trilhas do Direito”
UM RELATÓRIO POR ESCOLA

CIDADE:

CONSELHO TUTELAR:

DADOS DA ESCOLA

NOME DA ESCOLA:

ENDEREÇO DA ESCOLA:

DESCREVA COMO OCORREU A ESCOLHA E ABORDAGEM DA ESCOLA PARA
APRESENTAR O PROJETO E PACTUAR A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:

Caso tenha realizado o registro fotográfico dessa atividade, coloque abaixo a foto desse momento (deixar em branco se não houver registro fotográfico)





REGISTRO DA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE ESCOLA 01

COMO OS ESTUDANTES FORAM ESCOLHIDOS/CONVIDADOS?	
INFORME O LOCAL ESCOLHIDO PARA A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE (Sala de aula, pátio da escola, quadra, corredor... etc):	
DIA E HORA DE REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:	
NOME COMPLETO DOS CONSELHEIROS TUTELARES QUE EFETIVAMENTE EXECUTARAM AS ATIVIDADES NESSA ESCOLA:	
NÚMERO DE PARTICIPANTES: Obs: Não é obrigatória a participação dos demais segmentos (perfil 02 ao 04), só colocar quantitativo daqueles que realmente estiveram presentes no dia da atividade.	
PERFIL	QUANT.
01: NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PARTICIPARAM DIRETAMENTE DA ATIVIDADE:	
02. NÚMERO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE ASSISTIRAM A ATIVIDADE:	
03. NÚMERO DE PROFESSORES QUE PARTICIPARAM DA ATIVIDADE:	
04. NÚMERO DE OUTROS PARTICIPANTES PRESENTES	

REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

DESCREVA O PASSO A PASSO DA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE - Como ocorreu o Início do jogo e explicação das regras; - A mediação feita pelos conselheiros; - Como foi a interação dos participantes (registre aqui como foram as falas, envolvimento, participação e recepção das crianças e adolescentes com a realização do jogo)
REGISTRO DA PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES - Sem registrar o nome dos estudantes, descreva as falas mais relevantes, as perguntas e dúvidas surgidas durante o jogo, as reações e sentimentos observadas
IDENTIFICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO OU VIOLÊNCIA Caso tenha sido identificado alguma situação de risco ou violência, seja por revelação espontânea seja por observação e identificação dos Conselheiros, registre aqui (sem identificar os sujeitos) que situações foram identificadas, como a situação foi abordada e quais encaminhamentos foram feitos OBS: Caso não tenha sido identificado ou revelado nenhuma situação de risco ou violência, deixar esse tópico em branco.



ALECE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ



Av. Desembargador Moreira, 2807, Dionísio Torres CEP: 60170 - 900 Fortaleza - CE



AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

Conforme Edital 6.2.4 O relatório a que se refere a Etapa 5 deverá ser assinado por cada conselheiro tutelar que, efetivamente, executou a atividade na escola pública da rede de ensino, bem como, por 1 (um) representante da Comissão de Proteção e Prevenção à violência contra a criança e o adolescente, que acompanhou a realização da atividade na escola, ou na inexistência da Comissão, por 2 (dois) professores que acompanharam a realização das atividades na escola.

AVALIAÇÃO DO COMISSÃO DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO À VIOLENCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NAS ESCOLAS OU DOS PROFESSORES INDICADOS

Apresente em linhas gerais como ocorreu a atividade e se ela conseguiu atingir os objetivos do projeto que tem como foco: fortalecer a relação do conselho tutelar com a escola, criar um espaço lúdico de aprendizagem e reflexão sobre os direitos da criança e do adolescente e ampliar o papel do conselho tutelar no processo de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

ASSINATURA DA COMISSÃO OU DOS PROFESSORES RESPONSÁVEIS PELA AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Apresente em síntese como foi a experiência de aplicação da atividade na escola bem como o papel que essa experiência teve para fortalecer o Conselho Tutelar no seu município

Assinatura de todos os conselheiros tutelares que EFETIVAMENTE realizaram a atividade na escola.

(as assinaturas são obrigatórias)



ALECE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ



Av. Desembargador Moreira, 2807, Dionísio Torres CEP: 60170 - 900 Fortaleza - CE

ANEXOS E DEMAIS ORIENTAÇÕES



ANEXO 01 - LISTA DE FREQUENCIA (modelo padrão CLIQUE AQUI)

Coloque ao final do Relatório a lista de frequência assinada EXCLUSIVAMENTE pelas crianças e adolescentes que participaram diretamente do Jogo.

ANEXO 02 - REGISTRO FOTOGRÁFICO

Enviar um arquivo em PDF contendo um conjunto de fotos legendadas que apresentem os principais momentos da atividade

Algumas sugestões de Registro: Assinatura da lista de frequência, equipe de moderadores e pessoas de apoio, participantes jogando o dado, participantes pulando o tabuleiro, participantes respondendo a pergunta, conselheiros tutelares explicando o card sorteado, algumas imagens do tabuleiro, do cenário geral, dos cards sorteados, (caso tenha plateia, foto dos participantes da plateia).

Essas são algumas sugestões, mas o Conselho pode ficar à vontade para registrar o que achar relevante.

Conforme Edital 01/2025 que regulamenta o Selo ALECE Conselho Tutelar,

6.2.5 O relatório a que se refere a Etapa 5 deverá observar a proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o sigilo das informações que envolvem crianças e adolescentes, em respeito a sua intimidade e direito à imagem, conforme princípios do ECA.

6.2.6 As imagens contidas no relatório a que se refere a Etapa 5 serão utilizadas, apenas, para efeito de comprovação das atividades realizadas, não sendo, portanto, responsabilidade da Alece sua utilização para outros fins por parte dos aderentes ao Selo Alece Conselho Tutelar Garantindo Direitos.

ENVIO DOS DOCUMENTOS

Os documentos das DUAS escolas devem ser enviados em email único contendo os relatórios, lista de frequência e registro fotográfico até dia 26.09.2025 para o Email: I seloconselhotutelar@al.ce.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES

Qualquer dúvida acesse a página do Selo e acesse o edital, o manual e demais materiais orientadores do Projeto. <https://www.al.ce.gov.br/paginas/233-selo-alece-conselho-tutelar-garantindo-direitos>

[PARA ACESSAR ESSE RELATÓRIO EM WORD CLIQUE AQUI](#)



ALECE

ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



Av. Desembargador Moreira, 2807, Dionísio Torres CEP: 60170 - 900 Fortaleza - CE



ALECE
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ




ALECE
 ASSEMBLEIA
 LEGISLATIVA
 DO ESTADO
 DO CEARÁ

MESA DIRETORA

2025 - 2026

Deputado Romeu Aldigueri
PRESIDENTE

Deputado Danniel Oliveira
1º VICE-PRESIDENTE

Deputada Larissa Gaspar
2ª VICE-PRESIDENTE

Deputado De Assis Diniz
1º SECRETÁRIO

Deputado Jeová Mota
2º SECRETÁRIO

Deputado Felipe Mota
3º SECRETÁRIO

Deputado João Jaime
4º SECRETÁRIO

Deputada Luana Régia
1ª SUPLENTE DA MESA

Deputada Emilia Pessoa
2ª SUPLENTE DA MESA

Deputado David Durand
3º SUPLENTE DA MESA



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



SELO
ALECE CONSELHO
TUTELAR



ALECE ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COMISSÃO DE ADOÇÃO E ADOLESCÊNCIA
COMISSÃO DE ADOÇÃO E ADOLESCÊNCIA

UNIPACE
UNIVERSIDADE
NACIONAL
DE POLÍTICA
E ADMINISTRAÇÃO



APRECE
ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO
DO CEARÁ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ**



TJCE
Tribunal de Justiça
do Estado do Ceará



CEARÁ

**EDIÇÕES
INESP**
DIGITAL



Escaneie o QR CODE
e acesse nossas
publicações